

# ÍNDICE

<b>1. POPULAÇÃO E TERRITÓRIO .....</b>	<b>3</b>
1.1. <i>Unidades Territoriais (NUT) e a NUT Área Metropolitana de Lisboa</i> .....	3
1.2. <i>Cidades e elevada densidade populacional</i> .....	3
1.3. <i>Principais Tendências demográficas</i> .....	4
Perda de população .....	4
O envelhecimento da população .....	5
1.4. <i>Imigração</i> .....	6
1.5. <i>Emigração</i> .....	7
<b>2. TECIDO ECONÓMICO E EMPRESARIAL.....</b>	<b>8</b>
2.1. <i>Perfil produtivo da região - análise do Valor Acrescentado Bruto</i> .....	8
2.2. <i>Caracterização do tecido empresarial</i> .....	9
Lisboa é cada vez menos um pólo produtivo .....	9
O sector privado no distrito de Lisboa.....	9
Destruição de empresas e emprego no distrito .....	10
Quebra dos sectores produtivos e desindustrialização .....	10
Terciarização excessiva .....	11
Sector da agricultura, produção animal e pescas muito pouco expressivo .....	11
Centralidade de Lisboa no distrito.....	11
2.3. <i>As 500 maiores empresas na região de Lisboa</i> .....	13
2.4. <i>Aumento de encerramentos, falências e despedimentos no distrito</i> .....	13
Falências e Insolvências.....	13
Despedimentos colectivos .....	14
Dívidas aos Trabalhadores .....	14
<b>3. EMPREGO NA REGIÃO DE LISBOA .....</b>	<b>15</b>
3.1. <i>Caracterização do emprego em Lisboa</i> .....	15
População activa.....	15
População empregada.....	15
Perda de emprego .....	15
População empregada por sectores de actividade .....	16
População empregada por situação na profissão .....	16
Perda de emprego por conta de outrem.....	16
3.2. <i>Caracterização dos/as trabalhadores por conta de outrem</i> .....	16
3.3. <i>O Trabalho Precário</i> .....	18
Falsos recibos verdes .....	18
Contratos Precários .....	18
Trabalhadores/as a tempo parcial.....	19
3.4. <i>Acidentes de trabalho</i> .....	20
Acidentes de trabalho graves e mortais.....	20
Prevenção de acidentes de trabalho.....	21
<b>4. DESEMPREGO NA REGIÃO DE LISBOA .....</b>	<b>22</b>
4.1. <i>O aumento do desemprego e as “ilusões” estatísticas</i> .....	22
INE – taxa de desemprego .....	22
IEFP – Desemprego Registado.....	23

Um nível sem precedentes de “Ocupados” que saem das estatísticas do desemprego .....	23
4.2. <i>Caracterização do desemprego na região</i> .....	24
Taxa de desemprego juvenil .....	24
Desempregados por habilitação .....	24
Desemprego de longa duração .....	25
Desempregados sem subsídio de desemprego .....	25
<b>5. POLÍTICA DE RENDIMENTOS</b> .....	<b>26</b>
5.1. <i>O forte ataque aos salários</i> .....	26
5.2. <i>Salário Mínimo Nacional</i> .....	26
5.3. <i>Trabalhadores com menos de 600€ por mês</i> .....	27
5.4. <i>Desigualdades Salariais</i> .....	28
5.5. <i>O forte ataque às pensões</i> .....	29
5.3. <i>O agravamento da carga e da injustiça fiscal</i> .....	31
5.4. <i>o aumento das desigualdades</i> .....	32
Desigualdade na distribuição dos rendimentos .....	32
Aumento da parcela do capital .....	32
Aumento da Fortuna dos 25 mais ricos .....	33
5.5. <i>Aumentam as dificuldades dos trabalhadores e das famílias</i> .....	33
5.6. <i>Aumento da pobreza e exclusão social</i> .....	33
<b>5. PROTEÇÃO SOCIAL</b> .....	<b>35</b>
5.1. <i>Despesas da protecção social em percentagem do PIB</i> .....	35
5.2. <i>Receitas e despesas da segurança social</i> .....	35
5.3. <i>O ataque às prestações sociais</i> .....	36
<b>6. SAÚDE</b> .....	<b>37</b>
6.1. <i>Diminuição da despesa pública de saúde</i> .....	37
<i>Aumento da despesa das famílias - Agravamento Brutal das taxas moderadoras</i> .....	37
<i>Diminuição do acesso aos serviços de urgência</i> .....	38
<i>Diminuição dos Profissionais de Saúde</i> .....	39
<i>Perto de um quarto dos Utentes da A.M. Lisboa sem médico de família</i> .....	39
<i>Deficiente Rede de Cuidados Continuados Integrados</i> .....	39
<i>Privatização da saúde – hospitais privados</i> .....	40
<i>Elevados encargos com medicamentos</i> .....	40
<b>7. EDUCAÇÃO</b> .....	<b>41</b>
7.1. <i>Atraso educativo do país</i> .....	41
7.2. <i>Nível de escolaridade: um distrito muito desigual</i> .....	42
<i>Proporção da população residente com ensino superior e secundário</i> .....	42
7.4. <i>Desinvestimento público na educação e maiores encargos por parte das famílias</i> .....	43
Número de professores na escola pública em queda acelerada .....	43
<b>8. MOBILIDADE E TRANSPORTES</b> .....	<b>44</b>
Passageiros transportados em transportes públicos .....	44
Aumento de preços dos transportes .....	44
<b>9. ENERGIA</b> .....	<b>45</b>
Entrega ao capital estrangeiro – Exemplo da EDP .....	45
O lucro é incompatível com o interesse dos consumidores .....	46
Elevada dependência energética .....	46

# 1. POPULAÇÃO E TERRITÓRIO



De acordo com as estimativas da população residente, no distrito de Lisboa residem 2 milhões, 235 mil e 322 habitantes<sup>1</sup>, numa área de 2.816 Km<sup>2</sup>.

Numa área que ocupa apenas 3,2% do território, vivem 22,6% dos residentes em Portugal continental.

## 1.1. Unidades Territoriais (NUT) e a NUT Área Metropolitana de Lisboa

Os 16 concelhos do Distrito estão distribuídos por diferentes Unidades Territoriais para fins estatísticos (as denominadas NUT). A Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUT) constitui cada vez mais um referente na produção e divulgação de estatísticas.

Inseridos na Região Centro (NUTII) e dentro desta na Região Oeste (NUTIII) estão os concelhos: Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Inserido da Região Alentejo, e dentro desta na Lezíria do Tejo (NUTIII) o concelho de Azambuja.

Muitas das estatísticas usadas nesta caracterização têm como base a denominada Área Metropolitana de Lisboa, pois muitas vezes não é possível obter a informação estatística desagregada ao nível do distrito.

A Área Metropolitana de Lisboa agrupa os concelhos da denominada península de Setúbal e os concelhos mais urbanos do distrito de Lisboa (Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra, Vila Franca), denominados de Grande Lisboa.

Os 9 concelhos do distrito que fazem parte da NUT Área metropolitana de Lisboa (AML):

- Concentram 10 das 11 cidades existentes no distrito e das 17 existentes na AML;
- Constituem 49,4% da área do distrito e 46,1% da área da AML;
- Aqui residem 91% da população residente no distrito e 72% da residente na AML.



## 1.2. Cidades e elevada densidade populacional

Pertencem ao distrito de Lisboa 16 concelhos/municípios, 134 freguesias (menos 92 que no Congresso anterior), 57 vilas e 11 cidades.

<sup>1</sup> Este capítulo tem como Fonte: INE, Estimativas da População Residente, 2010 e 2014

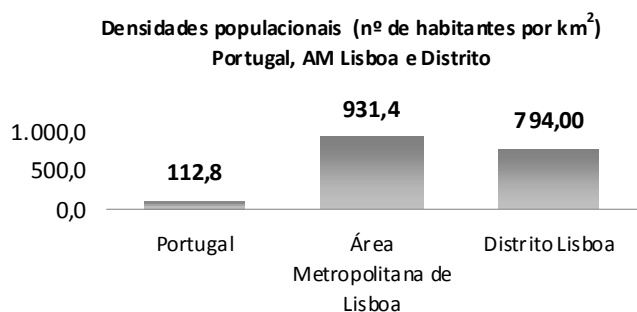
### Cidades do distrito de Lisboa

Cidade	Concelho
Agualva-Cacém	Sintra
Alverca	Vila Franca de Xira
Amadora	Amadora
Lisboa	Lisboa
Loures	Loures
Odivelas	Odivelas

Cidade	Concelho
Póvoa de Santa Iria	Vila Franca de Xira
Queluz	Sintra
Sacavém	Loures
Torres Vedras	Torres Vedras
Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira

Os dois concelhos com mais residentes são os de Lisboa (que corresponde à cidade capital e onde habitam 23% dos residentes no distrito) e o de Sintra (17% dos residentes do distrito).

O Distrito de Lisboa tem uma elevada densidade populacional por comparação com o país (continente). Aqui habitam 794 residentes por Km<sup>2</sup>, relação que é de 113,9 residentes por Km<sup>2</sup> no território continental.



O distrito não é, contudo, homogéneo sob o ponto de vista de territórios com excessiva concentração de pessoas. Os territórios que pertencem à denominada grande Lisboa (excepção feita a Mafra e Vila Franca de Xira) apresentam densidades populacionais acima dos 1000 habitantes por km<sup>2</sup> e que chegam aos 7.385 habitantes por km<sup>2</sup> no concelho da Amadora. Os outros concelhos apresentam densidades populacionais muito mais baixas.

### 1.3.Principais Tendências demográficas

#### Perda de população

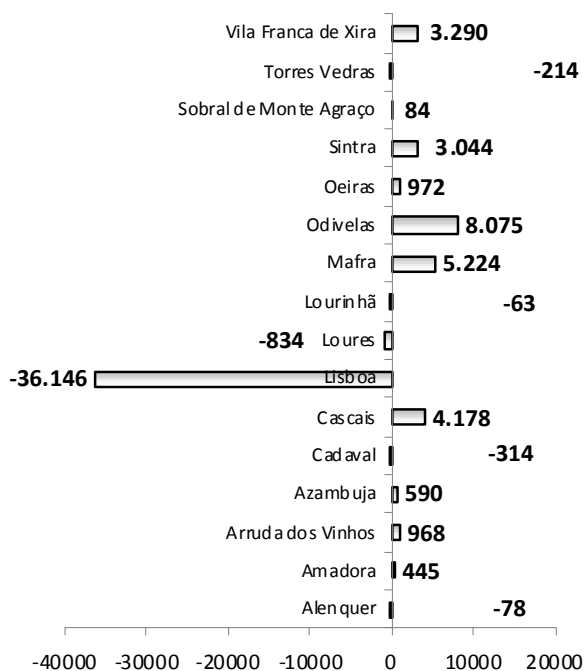
Entre 2010 e 2014, a população residente no distrito diminuiu 0,5% (correspondendo a um balanço líquido de menos 10.779 residentes), um decréscimo da população que é, mesmo assim, inferior ao do país (-1,6%).

#### A Cidade de Lisboa continua a perder população

Apesar do crescimento populacional no conjunto do distrito ser negativo, a maioria dos concelhos pertencentes ao distrito viram aumentar a sua população durante os anos em análise.

O concelho que maior decréscimo populacional teve em termos absolutos e relativos foi o concelho de Lisboa, tendo tido uma quebra de 6,6% nos seus residentes (correspondendo a menos 36.146 residentes que em 2010).

#### População Residente Evolução 2010/2014

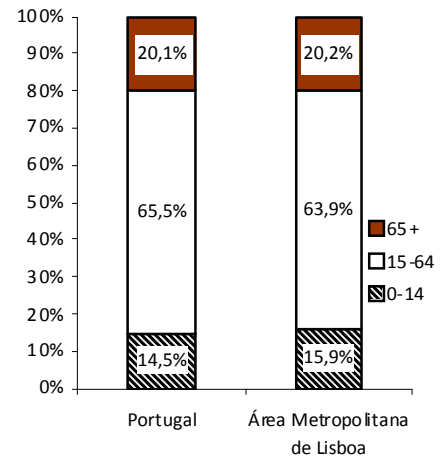


O concelho que teve um crescimento em termos absolutos mais expressivo foi o de Odivelas, que viu a sua população aumentar nestes 4 anos em mais 8.075 residentes.

### O envelhecimento da população

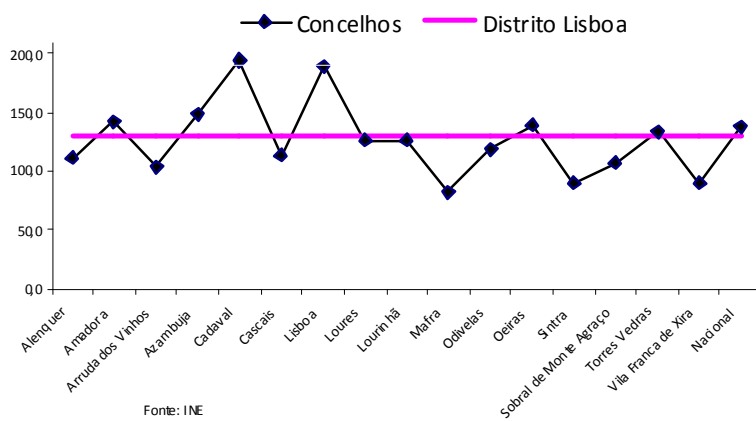
Constitui uma tendência demográfica do distrito de Lisboa (e do país) o envelhecimento da estrutura etária da sua população.

A população com 65 e mais anos já ultrapassou o quarto do total da população da região (20,1%). E a população com menos de 15 anos não chega aos 16%.



Fonte: INE, Estimativas da população residente, 2014

Índice de envelhecimento País e Concelhos por relação ao valor do distrito - 2014



Fonte: INE

O índice de envelhecimento do Distrito de Lisboa é de 129,6 o que significa que por cada 100 residentes com menos de 15 anos há 130 que têm mais de 65 anos (há 4 anos atrás a proporção era de 100 para 114, o que ilustra bem o acentuar desta tendência).

Sendo um índice elevado, é contudo inferior ao nacional (138,6).

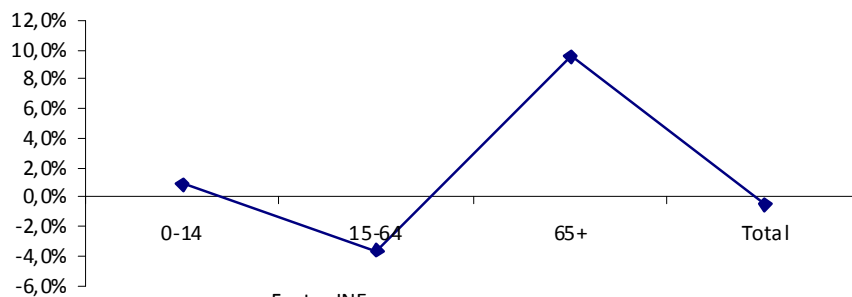
No contexto do Distrito, há diferentes realidades em termos de envelhecimento, como o ilustra o quadro abaixo.

Os concelhos com menor índice de envelhecimento são os de Sintra, Vila Franca de Xira e Mafra, onde a proporção dos mais velhos é ainda inferior à dos mais novos.

Os concelhos mais envelhecidos, onde o número de mais velhos quase que duplica o dos mais novo, são o Cadaval (Índice de envelhecimento de 194,6) e Lisboa (Índice de envelhecimento de 190,3).

Num contexto de diminuição da população, o número de residentes com mais de 65 anos cresceu 9,5%, um crescimento que supera em 13 vezes ténue crescimento registado nos residentes com menos de 15 anos.

Evolução Percentual 2010-2014 da população residente por grupo etário Distrito de Lisboa



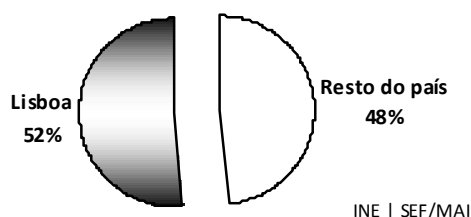
Fonte: INE

## 1.4. Imigração

### Mais de metade da população estrangeira vive na A.M. Lisboa

É inegável o papel decisivo que os imigrantes têm não só para a demografia, como para a economia e sociedade tanto do distrito como do país.

Distribuição Percentual da população estrangeira  
AM Lisboa e Resto do país

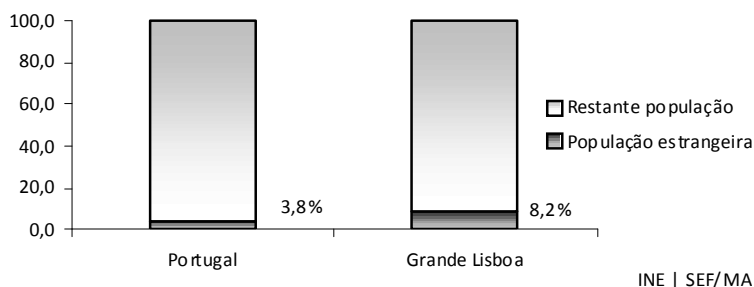


Mais de metade dos residentes estrangeiros com estatuto legal no país vivem na região de Lisboa (51,6%)<sup>2</sup>.

Deste modo, 8,2% dos residentes na região são estrangeiros com estatuto legal, uma proporção que é o dobro da registada no país, onde os estrangeiros constituem 3,8% da população total residente.

No Distrito de Lisboa residiam em 2013, 175.509 estrangeiros com estatuto legal, aos quais se deverá juntar um número não negligenciável de pessoas em situação irregular e clandestina.

Proporção da população estrangeira no total da população residente em  
Portugal e Lisboa



Os concelhos com maior concentração de imigrantes são os de Lisboa (onde vivem 25,6% dos estrangeiros residentes no distrito) e o de Sintra (onde vivem 19,1%).

Na Área Metropolitana de Lisboa destacam-se como nacionalidades mais representativas: o Brasil (que constitui a origem de 23,8% dos estrangeiros residentes); Cabo Verde (16,9%); Angola (7,7%); Guiné Bissau (7,4%), Roménia (7,2%) e Ucrânia (5,2%).

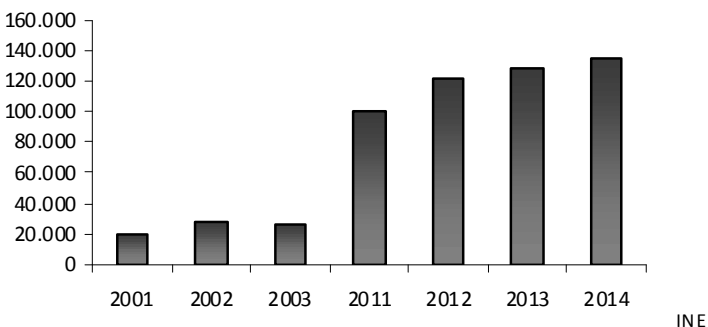
Os números alertam para uma continuada diminuição da imigração no distrito e no país. Entre 2010 e 2013 registou-se no distrito uma quebra de 12.069 imigrantes com estatuto legal (correspondendo a -6,4%), acompanhando em baixa a tendência nacional (menos 44.787 estrangeiros residentes, correspondendo a -8,4%).

<sup>2</sup> O capítulo da imigração tem como fonte: INE-SEF/MAI

## 1.5. Emigração

Nos últimos anos Portugal tornou-se cada vez menos atractivo para os de fora, mas também para os de dentro. A diminuição de entradas de imigrantes coincidiu com um forte aumento da saída do país de um enorme número de portugueses.

Total Saídas Emigrantes Portugueses 2001-2003 e 2011 a 2014



Os efeitos recessivos das políticas de austeridade determinaram um rápido crescimento da emigração a partir de 2010, até aos dias de hoje, de tal forma que o crescimento do número de emigrantes foi maior que o crescimento da população residente.

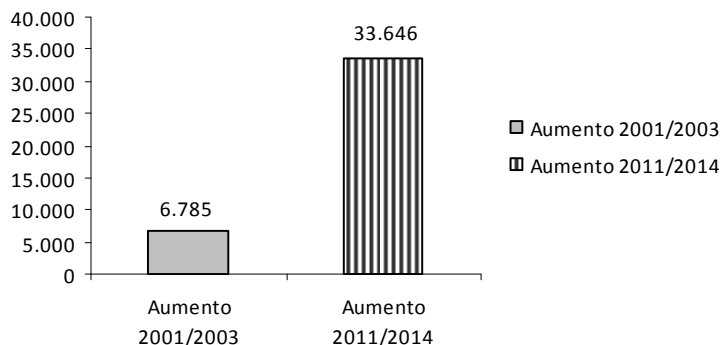
Portugal é hoje o país da União Europeia com mais emigrantes em proporção da sua população residente. O número de emigrantes portugueses supera os dois milhões, o que significa que mais de 20% dos portugueses vive fora do país em que nasceu.<sup>3</sup>

Revelador do salto que a emigração deu, entre o início da década passada (2001) e a actual (2011) o número de saídas de emigrantes quintuplicou, passando de 20.203 para 100.978. Desde aí, a emigração tem subido todos os anos.

Saídas emigrantes Portugueses  
Aumento Período 2001/2003 e 2011/2014

Em 2014, o INE estimou a saída de 134.624 emigrantes portugueses (37% de forma permanente e 43% de forma temporária).

Seguindo os dados do OEM os principais destinos na actual fase migratória são: Reino Unido; Suíça; França e Alemanha.

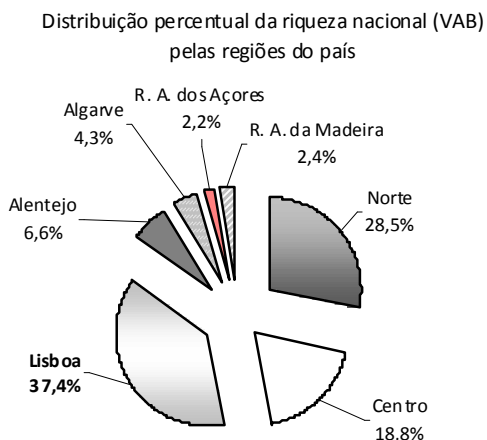


<sup>3</sup> Estimativas da UNICEF em OEM factsheet,

## 2.TECIDO ECONÓMICO E EMPRESARIAL

### 2.1. Perfil produtivo da região - análise do Valor Acrescentado Bruto

A análise do VAB (Valor Acrescentado Bruto que corresponde ao valor bruto da produção deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo)<sup>4</sup> da Região de Lisboa e sua comparação com o país permite caracterizar a região enquanto produtora de riqueza no contexto nacional.



Fonte: Ine Contas Regionais 2013Pe

A região de Lisboa gerou um VAB de 56,1 mil milhões de Euros, tendo contribuído com a criação de 37,3% da riqueza do país, o que ilustra bem a preponderância e importância económica da região no contexto nacional.

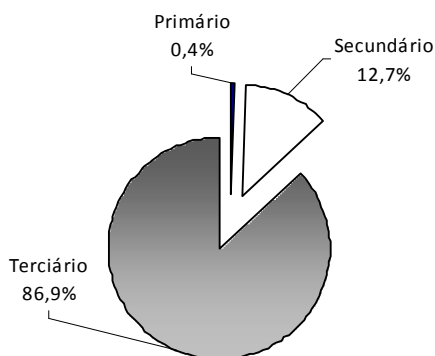
A segunda região que, a seguir a Lisboa, maior riqueza produz no contexto nacional é a Região Norte (onde se enquadra a segunda maior área metropolitana – Porto) que contribuiu em 28,4% para o VAB nacional.

Entre 2010 e 2013 o valor da riqueza gerada na região diminuiu 5,7%. O sector Secundário foi o mais afectado pela quebra (menos 15,8%) e neste a principal actividade afectada foi a Construção que em 3 anos viu o seu VAB reduzir-se em 34%.

#### Sectores na produção de valor acrescentado na região de Lisboa

A análise da riqueza produzida na região por sectores de actividade permite verificar algumas características e tendências que marcam a sua economia.

Região de Lisboa  
Distribuição percentual do VAB por Sector de Actividade



Fonte: Ine Contas Regionais 2013 Pe

Assim, 48,8 mil milhões de Euros (correspondendo a 86,9% da riqueza produzida na região de Lisboa) foram gerados no sector do Comércio e Serviços (Terciário). Trata-se de um valor e de uma proporção bastante expressivos da tendência para a terciarização da economia do distrito.

Analisando os dados desagregados por ramos de actividade económicas, aquele que surge com maior peso

<sup>4</sup> Fonte sub-capítulo: INE, Contas regionais 2013



percentual no conjunto do VAB da região é o do Comércio por Grosso e Retalho, (responsável por 25,3% do VAB da região)<sup>5</sup>.

O Sector secundário (Indústria, construção, distribuição de Electricidade, Gás e Água) é responsável por 12,7% da riqueza produzida na região e o seu peso na região diminuiu face ao que tinha em 2010 (ano em que era responsável por 14,2% do VAB).

## 2.2. Caracterização do tecido empresarial

### Lisboa é cada vez menos um pólo produtivo

O crescimento da região e do país tem assentado na terciarização da sua economia e nos últimos anos naquilo que podemos chamar de “Turistificação”, na financeirização e na concentração do capital financeiro, em detrimento da função produtiva - o que tem elevados riscos para o país, para a região, para a sua população e trabalhadores.

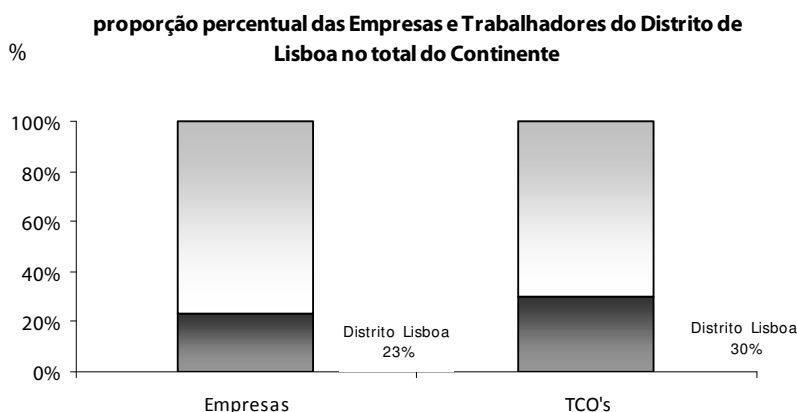
Um país e uma região não vivem apenas de turismo, comércios e serviços.

A **destruição do aparelho produtivo** tem consequências a nível económico. A substituição da produção nacional da agricultura, pescas, actividade extractiva e da indústria transformadora e da produção energética, pela importação de bens e produtos produzidos no estrangeiro está por de trás do aumento da dívida externa, da dependência estratégica do país face ao estrangeiro, do empobrecimento do país.

### O sector privado no distrito de Lisboa

Os dados do Mapa de Quadros de Pessoal (editados pelo Ministério do Trabalho) dão-nos uma visão sobre o sector estruturado da economia (excluindo deste modo a administração pública), e permitem-nos caracterizar o tecido empresarial privado no distrito de Lisboa.<sup>6</sup>

Estão sedeadas no distrito de Lisboa 59.109 empresas com cerca de 700.000 trabalhadores por conta de outrem.



Fonte:GEP MQP/13

Em Lisboa estão sedeadas 23% das empresas do Continente e aqui laboram 30% dos seus trabalhadores por conta de outrem.

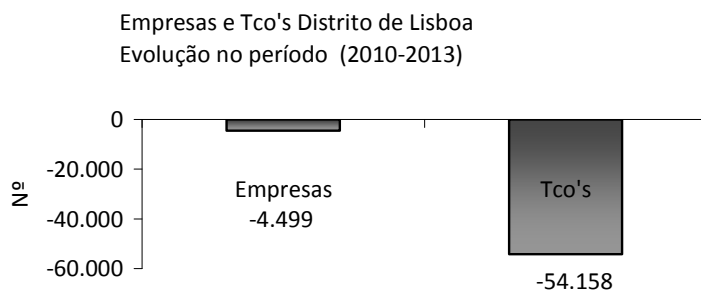
Os dados relativos aos Mapas de Quadro de Pessoal confirmam a consolidação e reforço de algumas tendências no distrito de Lisboa que passamos a analisar:

<sup>6</sup> Os dados referentes ao capítulo têm como fonte: GEP/MTSS, Mapa de Quadros de Pessoal, 2010 e 2013

## Destruição de empresas e emprego no distrito

Entre 2010 e 2013 o tecido empresarial no distrito reduziu-se tanto em número de empresas (uma quebra de 7,1% por comparação com 2013) como em volume de emprego (uma quebra de 7,2%).

Assim, em 3 anos destruíram-se 4.499 empresas e perto de 55 mil empregos por conta de outrem (54.158).



Fonte:GEP MQP/10/13

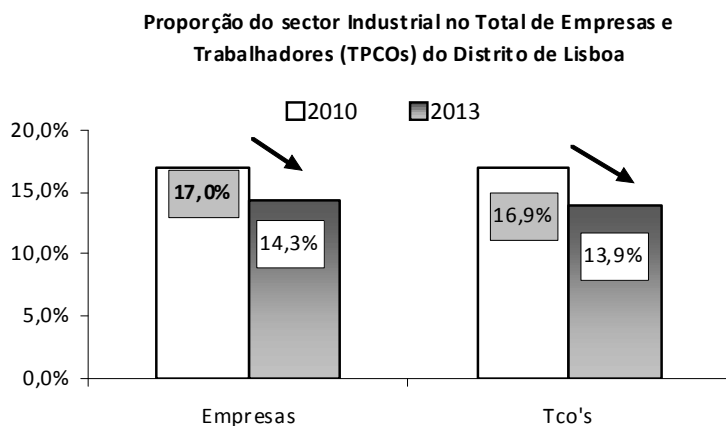
## Quebra dos sectores produtivos e desindustrialização

O fenómeno da desindustrialização do distrito não só não foi contrariado, como se acentuou.

O sector da Indústria, Construção, Energia e Água (Sector secundário) no seu conjunto perdeu bastante em termos de empresas no distrito (uma quebra de 21,9% por comparação com 2010) e de emprego (uma quebra de 23,8% por comparação com 2010).

Ao todo, nos últimos 3 anos, no distrito de Lisboa foram destruídas 2.376 empresas pertencentes ao secundário e perderam-se 30.342 postos de trabalho por conta de outrem.

Deste modo, o peso deste sector no tecido empresarial e no emprego do distrito continuou a diminuir, como o ilustra o gráfico.



Fonte:GEP MQP/10/13

O ramo de actividade mais afectado pela quebra de empresas e emprego no distrito de Lisboa nestes 3 anos foi o da Construção, o saldo entre estes 3 anos é de menos 1.747 empresas e menos 20.770 trabalhadores por conta de outrem.

O segundo ramo de actividade mais atingido foi o da indústria transformadora, correspondendo a um saldo

(nestes três anos) de menos 628 empresas e 9.309 empregos por conta de outrem.

Em termos absolutos, os concelhos com maiores quebras no sector secundário em termos de empresas e emprego foram os de Lisboa e de Sintra.

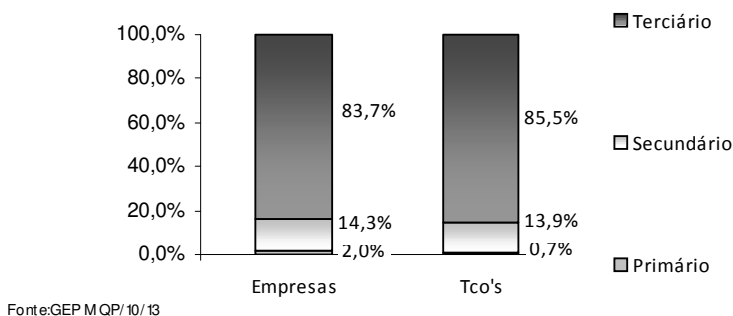
## Terciarização excessiva

A par da desindustrialização, a terciarização da economia do distrito, é uma realidade que continua a intensificar-se.

No distrito, o sector dos serviços (terciário) constitui já 83,7% do tecido empresarial e absorve 85,5% dos seus trabalhadores por conta de outrem.

Entre 2010 e 2013, contrariando a tendência de anos anteriores, houve também uma quebra de empresas e de emprego por conta de outrem no distrito de Lisboa no sector terciário. Em termos absolutos tal perda saldou-se em menos 2.175 empresas e menos 24.176 empregos por conta de outrem em 2013 por relação a 2010.

Trabalhadores (Tpcos) e Empresas Distrito de Lisboa por Sector de Actividade 2013



O ramo de actividade mais afectado pela quebra de empresas e emprego no sector terciário no distrito de Lisboa foi o do comércio por grosso e retalho.

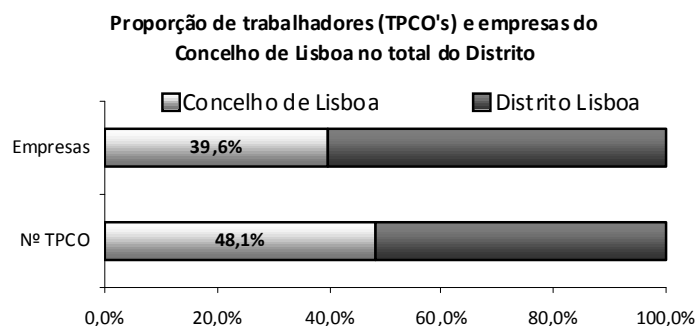
## Sector da agricultura, produção animal e pescas muito pouco expressivo

Apenas 2% das empresas do distrito pertencem ao sector primário (Agricultura, produção animal e Pescas) e uma percentagem ainda menos expressiva dos trabalhadores por conta de outrem laboram neste sector (0,7%).

O peso deste sector não é, no entanto, idêntico em todos os concelhos. Há mesmo concelhos cuja estrutura empresarial e de emprego se distingue do total distrital, revelando um peso bastante superior do sector primário (igual ou superior a 10%). Merecem particular destaque os concelhos da Lourinhã, Cadaval e Azambuja.

## Centralidade de Lisboa no distrito

### A cidade de Lisboa continua a ser o grande pólo de empresas e emprego no distrito



A cidade de Lisboa continua a ocupar um lugar de grande preponderância no quadro institucional e empresarial do distrito e do país, de que a concentração de empresas e de emprego no seu território constitui um bom indicador.

Assim, 40% das empresas do distrito estão sedeadas no concelho de Lisboa (39,6%) e aqui trabalham perto de 50%

dos trabalhadores por conta de outrem do Distrito (48,1%).

Lisboa é o concelho mais terciarizado do distrito: 91,9% do seu tecido empresarial e 94,1% do seu emprego por conta de outrem.

Confirmando a expulsão do sector produtivo e industrial na cidade de Lisboa está o facto de apenas 7,1% das empresas sedeadas na cidade de Lisboa e 5,8% do seu emprego por conta de outrem pertencer ao sector secundário.

### Outros pólos de empresas e emprego

A constatação da supremacia relativa de Lisboa no âmbito do distrito e de uma certa dispersão face aos outros concelhos não deve, no entanto, retirar visibilidade à existência de outros pólos de serviços e indústria e à constituição de novas centralidades.

Destacam-se no conjunto do distrito, embora com importância relativa muito menor que a capital:

O concelho de Oeiras: 11,4% dos trabalhadores por conta de outrem do distrito e 7,4% das suas empresas

O concelho de Sintra: 8,2% dos trabalhadores por conta de outrem do distrito e 12% das suas empresas.

O Concelho de Sintra assume particular importância em termos industriais, sendo o concelho onde estão sedeadas mais empresas da Indústria transformadora no distrito e o maior empregador destes ramos de actividade (18,9% dos TPCO's).

### As micro e pequenas empresas são maioritárias no tecido empresarial mas não são as maiores empregadoras no distrito

À semelhança do país, o tecido empresarial do distrito é maioritariamente constituído por empresas de micro e pequena dimensão.

As empresas com menos de 10 pessoas ao serviço constituem 83,8% das empresas do distrito.

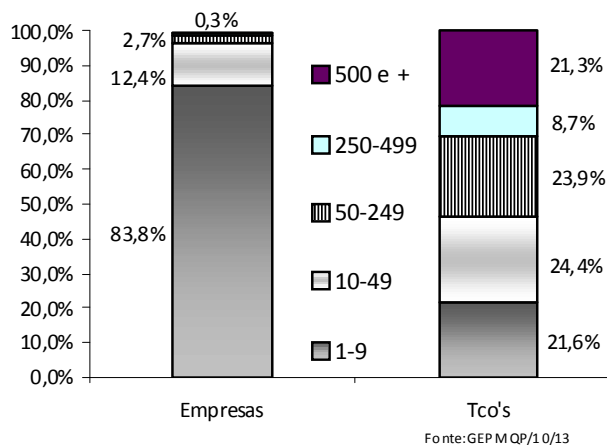
No escalão seguinte (entre 10 e 49 pessoas aos serviço) estão 12,4% das empresas no distrito. As empresas com mais de 50 trabalhadores, constituem apenas 3,8% do tecido empresarial do distrito.

No entanto, tal não tem igual correspondência em termos de volume de emprego, como se pode ver pelo gráfico em baixo.

As 83,8% empresas de micro e pequena dimensão (escalão de 1 a 9) empregam 21,6% dos trabalhadores do distrito.

No escalão seguinte (entre 10 a 49) laboram 24,4% dos Trabalhadores por conta de outrem do distrito. Nas empresas com 1000 e mais trabalhadores (que ao todo constituem 0.2% no tecido empresarial do distrito) laboram 14,2% dos trabalhadores por conta de outrem.

Empresas e Tco's em Percentagem por escalão de dimensão  
Distrito de Lisboa

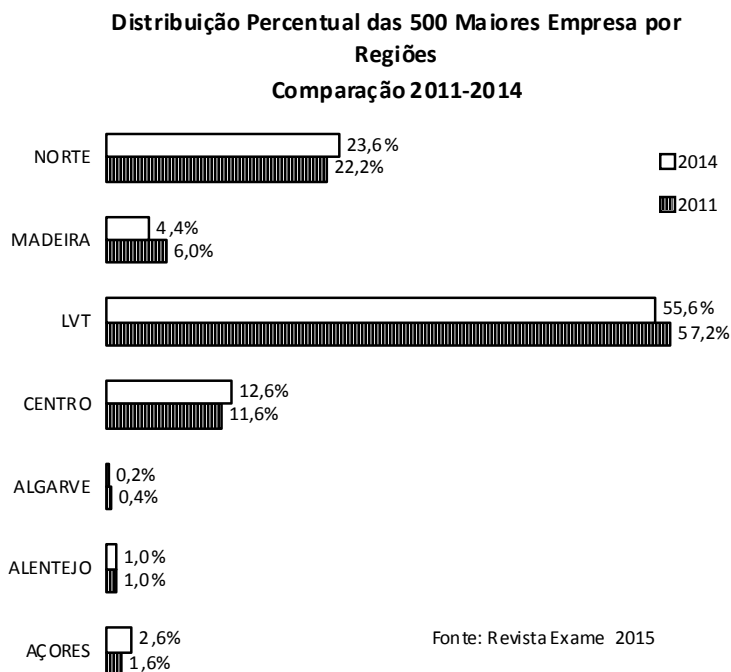


### 2.3. As 500 maiores empresas na região de Lisboa

O ranking das 500 maiores e melhores empresas, editado anualmente pela revista exame, constitui um bom indicador da posição da Região no todo nacional.<sup>7</sup>

Mais de metade das consideradas 500 maiores empresas de Portugal estão sediadas na região de Lisboa e Vale do Tejo. São, ao todo, 278 empresas e constituem 55,6% das que, em 2014, integraram o ranking das 500 maiores. Empregam 250.036 trabalhadores da Região.

Considerando o conjunto das empresas sediadas na região de Lisboa e Vale do Tejo:



O controlo accionista destas empresas é maioritariamente privado (41%) ou estrangeiro (53,2%). De registar que apenas 5,4% são de controlo accionista público, sendo praticamente inexpressivo o cooperativo.

Comparando com o ano de 2011, a região perdeu peso no conjunto das 500 maiores empresas do país, com o ilustra o gráfico em baixo.

Um quinto das consideradas maiores empresas na região pertence ao ramo dos serviços (27 empresas), seguido da distribuição alimentar (13 empresas, que constituem 16,4% do conjunto das maiores da região) seguido de muito longe pelo Comércio de veículos automóveis, ao

qual pertencem 8,1% das empresas.

O contributo das empresas industriais para o ranking das maiores empresas da região é bastante pequeno.

### 2.4. Aumento de encerramentos, falências e despedimentos no distrito

#### Falências e Insolvências

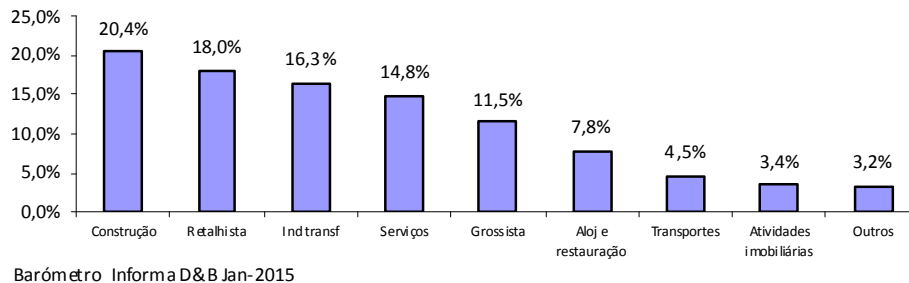
Várias empresas no distrito faliram ou encerraram nos últimos anos, tendo sido Lisboa o distrito em que se registaram mais insolvências no conjunto do país (23,3%), logo seguido do Porto.

Desde 2010 até 2014 iniciaram processos de insolvência no distrito de Lisboa 5.305 empresas. Por comparação com 2010, registou-se em 2014 um aumento de 33,8% no número de empresas insolventes.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Os dados referentes a este capítulo são relativos à Região de Lisboa e Vale do Tejo e têm como Fonte: Exame, 500 maiores e melhores, edição 2007

<sup>8</sup> Barómetro Informa D&B jan-2015

### Processos de Insolvência por sector de actividade 2014 (%) no País

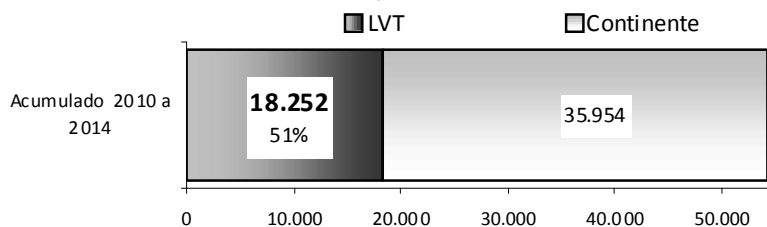


Considerando os dados para o país, as empresas que iniciaram processos de insolvência em 2014 na sua maioria pertenciam à Construção (20,4%), seguidas do sector retalhista (18%) e das indústrias transformadoras (16,3%). Por outro lado, de acordo com o estudo elaborado pela COSEC, 68% das empresas com processos de insolvência são microempresas (assim classificadas pelo volume de negócio), a que se juntam 10% de Empresários em nome individual.<sup>9</sup>

Este mesmo estudo refere ainda um total de 835 empresas no país a solicitar a integração no Processo Especial de Revitalização (PER).

### Despedimentos colectivos

#### Trabalhadores despedidos em processos de Despedimentos Colectivos no período 2010-2014 Lisboa e Vale do Tejo e Continente



Também os despedimentos colectivos aumentaram no período compreendido entre 2010 e 2014.

Tendo por referência este período, foram alvo de despedimento colectivo 18.252 trabalhadores, pertencentes a 2123 empresas da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Destes, 3.719 trabalhadores de 389 empresas foram despedidos no ano que findou (2014)<sup>10</sup>, correspondendo a 56% das empresas e 60% dos trabalhadores que neste ano foram alvo de processos de despedimento colectivo no país (continente).

### Dívidas aos Trabalhadores

De acordo com um levantamento feito pela USL, o valor global da dívida aos trabalhadores decorrente de encerramentos e falências de empresas no distrito de Lisboa no final de 2014 estava perto dos 90 milhões de euros, envolvendo cerca de 500 empresas de 8 sectores de Actividade.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> COSEC "Estudo anual insolvências e PER 2014)

<sup>10</sup> DGERT, Despedimentos colectivos concluídos entre 2010 e 2014

<sup>11</sup> Tratamento dos dados dos sindicatos do distrito relativos às dívidas aos trabalhadores, Dezembro de 2014

## 3. EMPREGO NA REGIÃO DE LISBOA

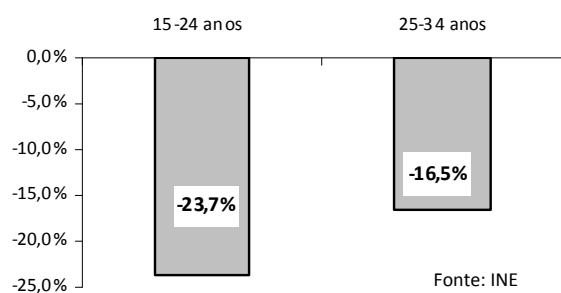
### 3.1. Caracterização do emprego em Lisboa

#### População activa

A população activa da região de Lisboa (aqueles que, com 15 e mais anos, constituem a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços) é constituída por 1.380.300<sup>12</sup>, dos quais 1.186.600 estão empregados (86%) e 193.700 desempregados (14%).

#### Diminuição da população activa nos grupos etários mais jovens

Evolução em percentagem da População Activa por grupo etário na Região da Lisboa 2011/2014



Entre 2011 e 2014 a população activa na região diminuiu 2,6% e foi particularmente acentuada junto dos mais jovens

- Uma quebra de 23,7% na população activa entre os 15 e os 24 anos
- Uma quebra de 16,5% na população activa entre os 25 e os 34 anos

No período em análise, uma parte importante da quebra da população Activa nestes grupos etários está associada a emigração, à saída de jovens do nosso país

para encontrar trabalho noutros países.

Por outro lado, esta quebra na população activa mais jovem reflecte-se, como veremos, num abrandamento da taxa de desemprego e não por se verificar um significativo crescimento de emprego.

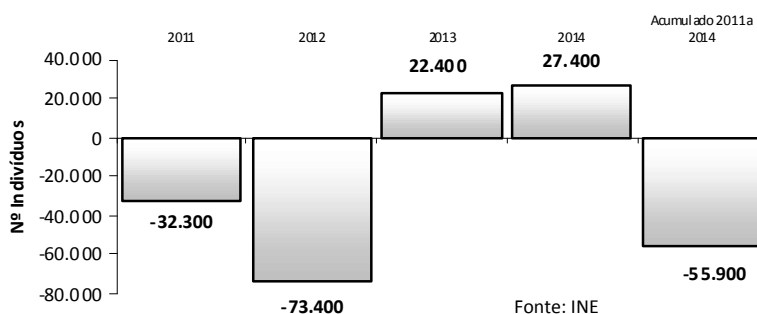
#### População empregada

Estão empregados no nosso distrito perto de 1 milhão e 190 mil residentes (1.186.600), correspondendo a mais de um quarto da população empregada no país (26,4%).

#### Perda de emprego

Entre 2010 e 2014 perderam-se na região 55.900 empregos (correspondendo a uma quebra de 4,5%). Este saldo negativo mostra que, apesar do crescimento anémico registado entre 2013 e 2014, os postos de trabalho perdidos estão longe de ser recuperados.

Perda de Emprego na A.M. Lisboa no período 2010-2014



<sup>12</sup> INE, Inquérito ao Emprego, 4 Trimestre 2014

## População empregada por sectores de actividade

Trabalham no sector dos serviços 84% da população empregada na região. No país a proporção é de 67,4%.

Destaca-se como a actividade que mais emprega na região aquela que agrupa o Comércio por Grosso e a Retalho e Reparação de Veículos – aqui laboram 15% da população empregada da região.

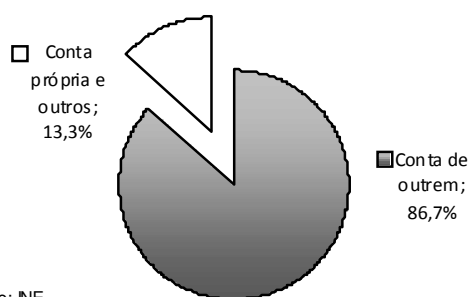
Trabalham no sector da Indústria, Construção, Energia e Água 14% da população empregada da Região. No país a proporção é de 23,9%.

Destaca-se o peso diminuto do emprego nas indústrias transformadoras por comparação com o país (8,3%), correspondendo a cerca de metade do valor nacional (16,4%).

Trabalham no sector da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca cerca de 2% da população empregada na região.

## População empregada por situação na profissão

População empregada na Região de Lisboa por situação na profissão



Fonte: INE

O trabalho por conta de outrem continua a ser o meio privilegiado de relação de trabalho no distrito de Lisboa: os trabalhadores por conta própria constituem 13,3% da População Empregada; Os trabalhadores por Conta de Outrem constituem 86,7% da população empregada na região.

## Perda de emprego por conta de outrem

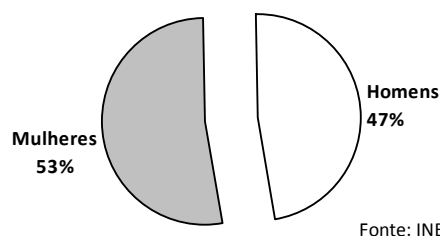
O emprego por conta de outrem na região também sofreu uma quebra entre 2010 e 2014, que se cifrou em 3,2%<sup>13</sup> e em menos 34.100 empregos por conta de outrem.

### 3.2. Caracterização dos/as trabalhadores por conta de outrem

Trabalham na Área Metropolitana de Lisboa 1.020.900 trabalhadores por Conta de Outrem, segundo as estimativas do INE.<sup>14</sup>

As mulheres são ligeiramente maioritárias no trabalho por conta de outrem na Região da AM Lisboa.

Trabalhadores Por Conta de Outrem por Sexo



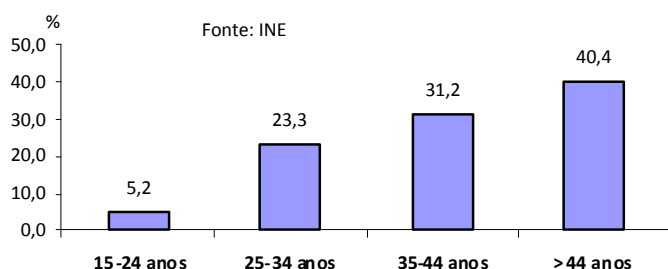
Fonte: INE

<sup>13</sup> Inquérito ao Emprego, 4º Trimestre

<sup>14</sup> Inquérito ao Emprego, 4º Trimestre



Trabalhadores Por Conta de Outrem por Grupo Etário

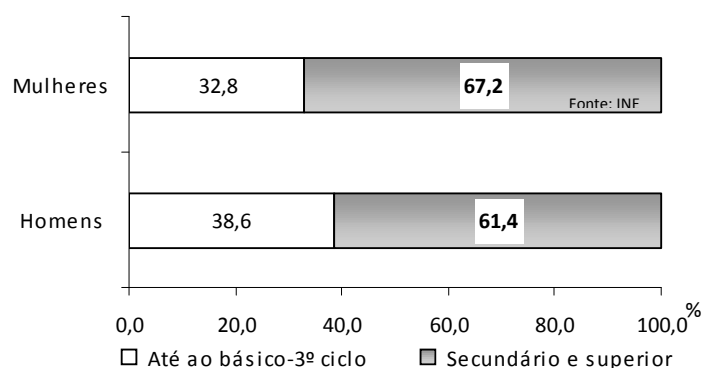


A maioria dos/as trabalhadores tem mais de 44 anos. Os/as trabalhadores com menos de 35 anos representam 28,5% dos trabalhadores por Conta de Outrem da região.

Na AM Lisboa, por comparação com o todo nacional, regista-se um nível de escolaridade mais elevado dos trabalhadores por Conta de Outrem, embora se continue longe de atingir os níveis desejados e fundamentais.

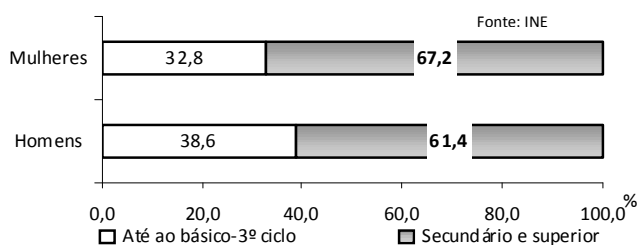
Uma percentagem muito significativa de trabalhadores por conta de outrem na A.M. Lisboa tem um nível de escolaridade inferior ou equivalente ao ensino básico – 3º Ciclo (35,5%). Sendo que mais de 15% dos trabalhadores/as da região não completaram sequer o ensino básico.

Trabalhadores/as por Conta de Outrem por nível de escolaridade (agrupado)



Proporção que é de 23,3% no conjunto do país.

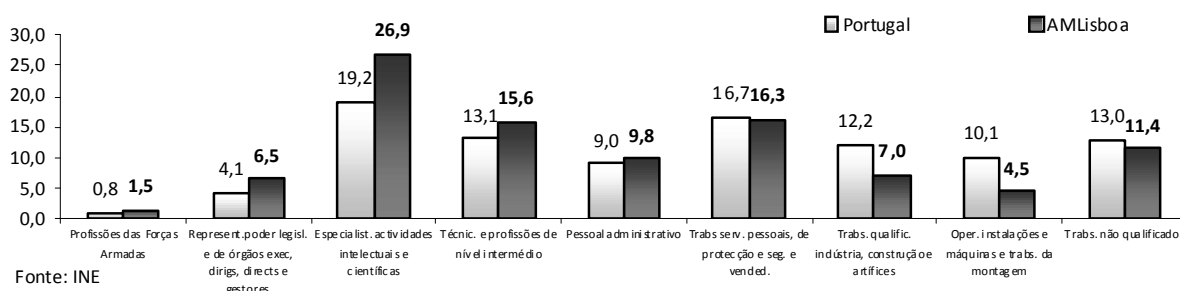
Trabalhadores/as por Conta de Outrem por nível de escolaridade (agrupado)



As mulheres trabalhadoras são quem atinge os níveis de escolaridade mais elevados. Enquanto que 61,4% dos Homens trabalhadores têm habilitações de nível secundário e superior, esta proporção corresponde a 67,2% nas mulheres trabalhadoras.

A estrutura profissional da AM Lisboa difere da do país. Destacam-se as seguintes diferenças: Um peso bastante superior das profissões das actividades intelectuais e científicas (aqui estão incluídos também os quadros superiores da Administração Pública); um peso bastante inferior das profissões ligadas à indústria, nomeadamente dos/as trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices e dos/as operadores de instalações e máquinas e Trabalhadores da Montagem.

Distribuição percentual dos Trabalhadores/as por Conta de Outrem por profissão



Fonte: INE

### 3.3.O Trabalho Precário

As formas precárias de emprego constituem a face mais visível (e também mais negra) das tendências para flexibilizar o mercado de trabalho e o emprego, baseadas na maior parte dos casos em estratégias empresariais de redução de custos, em particular os custos de trabalho.

A precariedade é geradora de novas formas de desigualdade, insegurança, injustiça e sofrimento no mundo do trabalho.

Embora frequentemente associada aos trabalhadores mais jovens, a verdade é que a precariedade tende a afectar de modo cada vez mais transversal as várias gerações de trabalhadores, nas mais variadas ocupações profissionais.

Muitas das formas de trabalho precário não são detectadas nas estatísticas. No entanto, há vários dados estatísticos que, com as necessárias limitações, permitem quantificar e caracterizar a dimensão precária do emprego na região de Lisboa.

#### Falsos recibos verdes

O Trabalho por Conta Própria constitui a situação na profissão 146.600 trabalhadores empregados da região (correspondendo a 12,4% do total da população empregada na região de Lisboa).

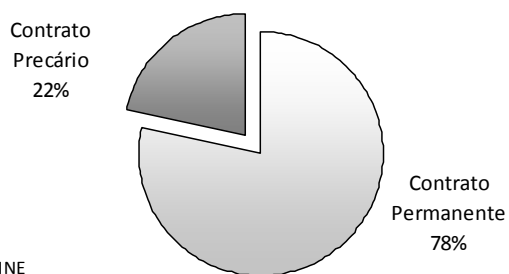
O trabalho por conta própria (a par das profissões liberais e dos denominados empresários em nome individual), continua a mascarar situações de precariedade como são os falsos recibos verdes, isto é, trabalhadores que na realidade trabalham por conta de outrem e estão inseridos numa estrutura hierárquica e, no entanto, passam recibos verdes como se fossem trabalhadores independentes (com todas as gravosas consequências que tal situação tem em termos de protecção social e de remunerações).

#### Contratos Precários

##### Mais de 225.000 trabalhadores por Conta de outrem com contratos não permanentes

a contratação não permanente (e particularmente a contratação a termo ou a prazo) constitui o modo de inserção laboral de um número crescente de trabalhadores, muitos deles vivendo em grande instabilidade há vários anos, com dificuldades de perspectivar a sua vida quer em termos laborais, quer pessoais.

Distribuição dos trabalhadores por Conta de Outrem por tipo de contrato



FONTE: INE

Ao todo, são 225.000 os trabalhadores por conta de outrem que não têm um vínculo de emprego efectivo e constituem 21,7% (mais de um quarto) dos trabalhadores por conta de outrem na região.<sup>15</sup>

A forma de contratação não permanente mais recorrente é a dos contratos a termo. Assim, 78,6% dos trabalhadores com vínculo precário têm um contrato a termo.

A par do número de pessoas contratadas a termo, destaca-se a curta duração dos contratos (muitos deles ao dia), sendo que mais de 80% dos contratos a termo (82,3%) têm duração igual ou inferior a 12 meses.

<sup>15</sup> INE, Inquérito ao Emprego 4º Trimestre 2014

O outro tipo de contrato não permanente tratado pelas estatísticas do INE é o de “prestação de Serviços” e abrange 21,4% dos TCO’s com contrato precário na região de Lisboa.

### Precariedade dos vínculos por sexo

De acordo com o INE, 51% dos trabalhadores precários são mulheres e 49% são homens. As mulheres estão claramente mais representadas nos contratos de prestação de serviços por comparação com os homens (constituindo 57,3% dos trabalhadores com este tipo de vínculo). Os homens estão ligeiramente mais representados na contratação a termo (constituindo 50,9% dos trabalhadores com este tipo de vínculo). As mulheres são também mais afectada pela precariedade nos grupos etários mais novos.

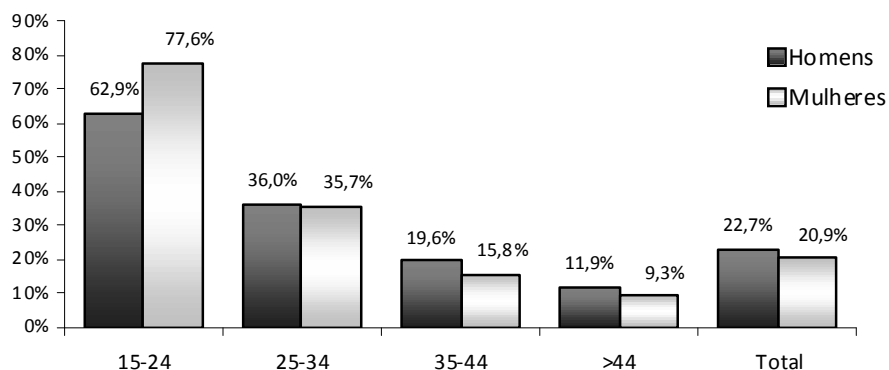
### Precariedade dos vínculos por idade

#### 7 em cada 10 jovens trabalhadores na região tem um vínculo precário

71% dos trabalhadores jovens com menos de 25 anos tem um contrato precário.

As jovens mulheres são particularmente atingidas pela precariedade: sendo que perto de 8 em cada 10 trabalhadoras (77,6%) com menos de 25 anos têm um vínculo precário, proporção que é de 6 para 10 (62,9%) nos jovens do sexo masculino.

Proporção de trabalhadores (Tpcos) com contrato Precário por grupo etário segundo o sexo na A.M. Lisboa 2014



### Trabalhadores/as a tempo parcial

Na região há 130.500 pessoas empregadas a tempo parcial, das quais 74,3% (97.000) são trabalhadores por conta de outrem, 23,3% são trabalhadores por conta própria e 2,4% trabalhadores familiares não remunerados.<sup>16</sup>

Entre 2011 e 2014 a população empregada a tempo parcial aumentou 2,8%, tendo o aumento desta forma de trabalho sido particularmente expressiva junto dos trabalhadores por conta de outrem (+14,8%).

Mais de 7 em cada 10 trabalhadores por conta de outrem a tempo parcial, na região, são mulheres (73,8%).<sup>17</sup>

<sup>16</sup> INE, Inquérito ao emprego, 4º Trim 2014

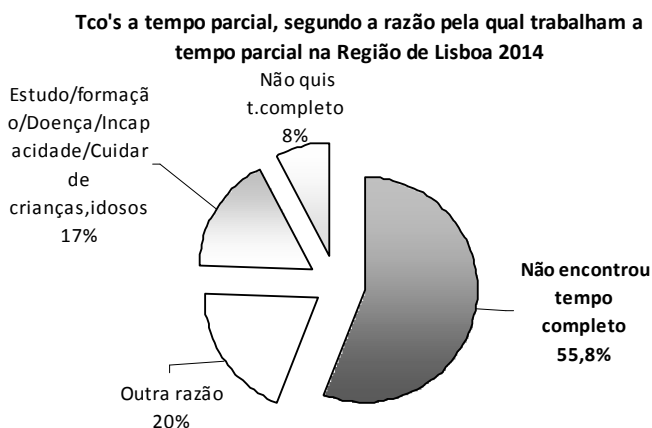
<sup>17</sup> INE, Inquérito ao emprego, 4º Trim 2014

### O trabalho a tempo parcial está longe de constituir uma opção.

Mais de metade dos que trabalham por conta de outrem a tempo parcial fazem-no porque não encontraram um trabalho a tempo completo (55,8%).<sup>18</sup> O trabalho a tempo parcial está assim associado às denominadas situações de subemprego (pessoas que trabalham menos horas do que estariam disponíveis, ganhando por isso uma remuneração mais baixa).

Associado à dimensão não desejada e confirmando o carácter precarizante do trabalho a tempo parcial, está o facto de mais de metade dos contratos a tempo parcial na região serem contratos precários (52,8%).<sup>19</sup>

O trabalho a tempo parcial está longe de afectar apenas os trabalhadores mais jovens. Na região de Lisboa, 43,8% dos trabalhadores neste regime têm mais de 44 anos.<sup>20</sup>



FONTE: INE

### 3.4. Acidentes de trabalho

Em Portugal e no distrito de Lisboa os números continuam a revelar uma realidade laboral que constantemente põe em causa a saúde física e psíquica dos trabalhadores.

Vários estudos alertam e os números confirmam o facto de as novas realidades laborais associadas à precarização dos vínculos de trabalho, às mudanças na organização dos processos produtivos e ao aumento do trabalho ilegal ou clandestino serem muitas vezes acompanhadas pelo aparecimento de novos problemas em matéria de segurança e saúde no trabalho. A concorrência desregrada e selvagem a que assistimos no mundo empresarial, com particular visibilidade na subcontratação, faz dos baixos custos laborais um factor determinante para a competitividade e lucro das empresas, o que tem consequências graves na saúde dos trabalhadores e nas condições de segurança em que os trabalhos são prestados.

#### Acidentes de trabalho graves e mortais

Dos 135 trabalhadores que em Portugal morreram vítimas de acidentes de trabalho durante o ano de 2014, 21 trabalhavam no distrito de Lisboa (o distrito que teve mais mortes por acidentes de trabalho no país).<sup>21</sup>

Tal significa que no ano passado no nosso distrito morreram perto de 2 trabalhadores por mês.

Aos trabalhadores que morreram a trabalhar juntam-se os que foram vítimas de acidentes graves: 308 no país, dos quais 56 no distrito de Lisboa.

<sup>18</sup> INE, Inquérito ao emprego, média anual 2014

<sup>19</sup> INE, Inquérito ao emprego, média anual 2014

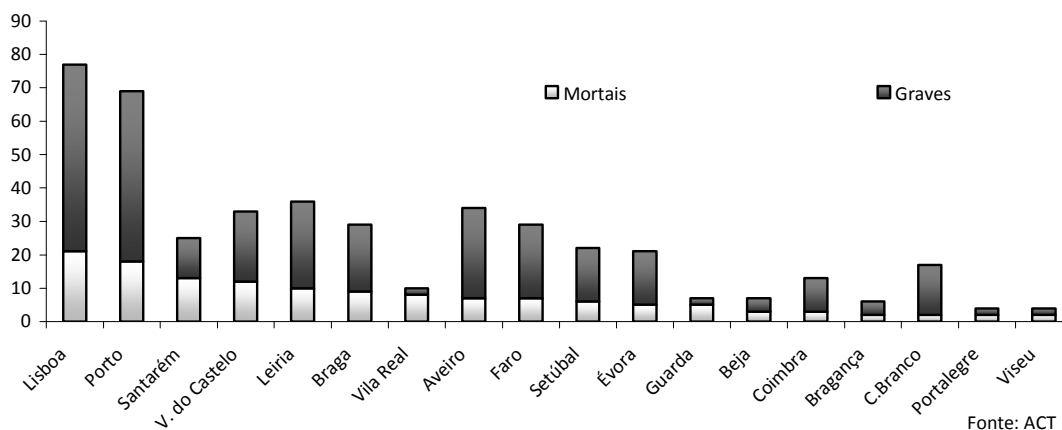
<sup>20</sup> INE, Inquérito ao emprego, média anual 2014

<sup>21</sup> ACT – Acidentes de trabalho graves e mortais - 2014

Considerando o total nacional para os 331 acidentes de trabalho graves e mortais ocorridos em 2014 conclui-se que as maiores vítimas de acidentes graves mortais foram:

- Trabalhadores Homens (89,1%)
- Na sua maioria entre os 35 e os 54 anos (49,3%) aos quais se juntam 19,3% entre os 25 e 34 anos.
- Pertencentes ao grupo profissional dos Operários, artífices e trabalhadores similares (35,6%)
- Trabalhadores de empresa de pequena (35,6%) e média (28,4%) dimensão

### Acidentes de Trabalho Mortais e Graves por Distritos 2014



### Aos acidentes graves e mortais juntam-se mais cerca de 4 dezenas de milhar de acidentes por ano no nosso distrito

Segundo os dados do GEP/MTSS<sup>22</sup>, em apenas um ano registaram-se no distrito de Lisboa 39.200 acidentes de trabalho, correspondendo a uma média que ultrapassa os 100 acidentes de trabalho por dia.

Em Lisboa ocorreram 20,2% dos acidentes no país, constituindo o segundo maior distrito com mais acidentes laborais, logo a seguir ao distrito do Porto.

### Prevenção de acidentes de trabalho

A aposta na prevenção dos acidentes de trabalho pela via de um maior investimento na segurança e saúde do trabalho continua a ser fraca e nalguns casos é mesmo inexistente.

O tratamento dos dados relativos ao Relatório Anual da Actividade do Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho revela que, no país, cerca de 34% dos estabelecimentos com trabalhadores ao serviço não cumprem a obrigação de organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho, prevista pela Lei.<sup>23</sup>

<sup>22</sup> GEP, MTSS, Acidentes de Trabalho - 2012

<sup>23</sup> GEP-ME, Estatísticas em síntese, Segurança e saúde - 2013

## 4. DESEMPREGO NA REGIÃO DE LISBOA

### 4.1. O aumento do desemprego e as “ilusões” estatísticas

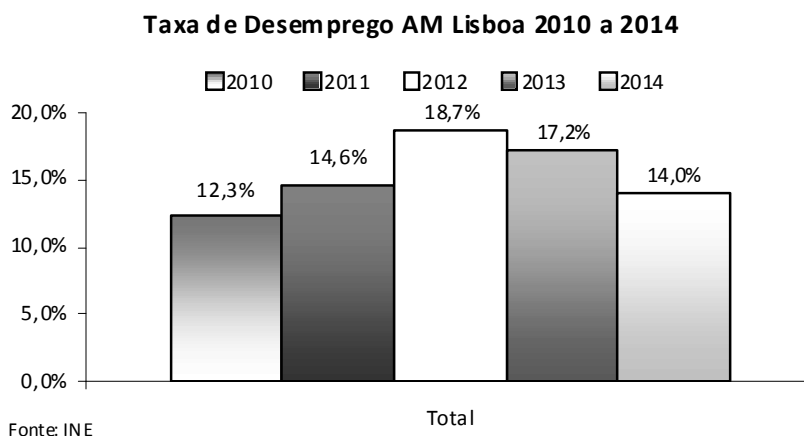
Em vez de atentar nos números do desemprego com a preocupação que esta realidade merece e procurar combatê-la, o Governo PSD/CDS tudo fez para, através da ilusão dos números, mascarar um drama social e humano indisfarçável.

#### INE – taxa de desemprego

O desemprego no país e em Lisboa teve um aumento muito acentuado nestes últimos 4 anos, com consequências muito graves para a região e suas populações: a taxa de desemprego oficial na região chegou a atingir os 18,7% em 2012 e 17,2% em 2013.<sup>24</sup>

#### A taxa de desemprego não corresponde ao número real de desempregados

O aumento do número de pessoas em programas ocupacionais e que não são consideradas como desempregadas para efeitos estatísticos; as situações de subemprego que são contabilizadas como situações de emprego e não de desemprego; os desempregados desencorajados que são contabilizados como inativos e não como desempregados, são situações que fazem com que saia da estatística (mas não da realidade) milhares de pessoas que vivem o drama do desemprego.



Às “ilusões estatísticas” juntam-se as centenas de milhar de jovens e (e também menos jovens) que saíram dos números de desempregados pela via da emigração e da sua saída forçada do país em busca de um emprego e de melhores condições de vida.

A descida da taxa oficial de desemprego tem tido como reverso a invisibilidade crescente de **situações de desemprego, de subocupação ou de desencorajamento**.

A denominada taxa real de desemprego procura dar visibilidade e alertar para a dimensão real do desemprego ao contabilizar as situações do subemprego a tempo parcial (pessoas que estão disponíveis para trabalhar a tempo completo mas que se vêem obrigadas a trabalhar a tempo parcial) ou os inativos disponíveis mas desencorajados de procurar emprego.

Deste modo, ao número de desempregados oficiais na região de Lisboa há que juntar mais 116.200 pessoas nas situações atrás descritas, o que eleva para 24% a proporção de pessoas que na região estão impedidas de trabalhar total ou parcialmente.

O quadro em baixo mostra como a taxa de desemprego oficial se afasta do desemprego real:

<sup>24</sup> Ine, Inquérito ao Emprego, 4º trimestre 2014

## Taxa Real de Desemprego 4º Trimestre 2014

4º Trimestre	2014							
	Subemprego de trabalhadores a tempo parcial	Inativos à procura de emprego mas não disponíveis	Inativos disponíveis mas que não procuram emprego	Desempregados	Total impedidos de trabalhar total ou parcialmente	Pop Activa	Taxa oficial desemprego	Taxa real desemprego
	Milhares de indivíduos						%	%
Portugal	251,7	24,6	257,7	698,3	1.232,3	5.189,90	13,5%	23,7%
Lisboa	70,5	7,1	59,8	193,7	331,1	1.380,30	14,0%	24,0%

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego-2014

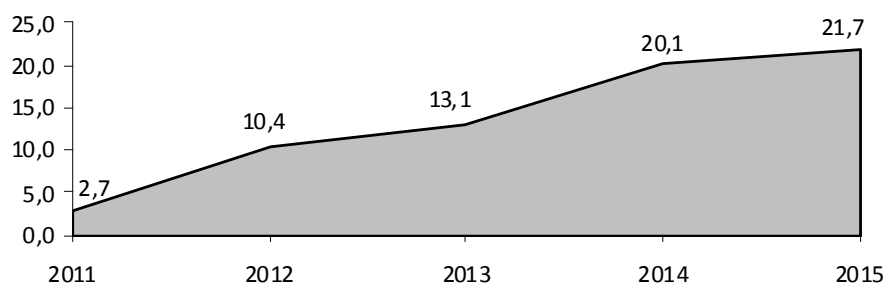
### IEFP – Desemprego Registado

#### Um nível sem precedentes de “Ocupados” que saem das estatísticas do desemprego

Os números do desemprego do IEFP dão-nos conta dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego. No entanto, o IEFP considera que os desempregados que participam em programas ocupacionais deixam de ser considerados desempregados inscritos quando, na realidade, o continuam a ser.

Deste modo, a par da formação profissional, junta-se um número crescente de desempregados a preencher postos de trabalho efectivos (nomeadamente no Estado e em IPSS), com destaque para os estágios obrigatórios e para os Contratos Emprego Inserção, situações que não só não constituem um emprego reconhecido como tal para os trabalhadores que o exercem (que não tem direito a um contrato e de trabalho) como, numa subversão completa, os Estado por via do IEFP está a permitir que várias instituições públicas e privadas usem abusivamente os desempregados e estejam verdadeiramente dependentes destas forma de trabalho subsidiado para suprirem as suas necessidades permanentes.

**Evolução do Peso percentual dos desempregados Ocupados no total de desempregados IEFP**



IEFP, Junho 2011 a 2015

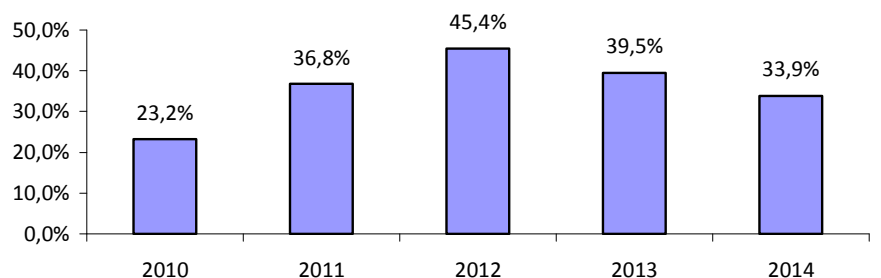
Se atentarmos aos dados relativos ao final do 1º semestre (mês de Junho) conclui-se que, em 2011 o peso relativo dos desempregados ocupados no total de desempregados do distrito era bastante diminuto (2,7%), o seu peso foi aumentando, de tal modo que hoje os denominados “ocupados” constituem mais de 20% do total de desempregados inscritos o IEFP.

## 4.2. Caracterização do desemprego na região

### Taxa de desemprego juvenil

Os jovens são particularmente afectados pelo desemprego tanto no país, como em Lisboa. Em 10 jovens activos dos 15 aos 24 anos na região de Lisboa, 3 a 4 estão no desemprego, correspondendo a uma taxa de desemprego de 36,7%.<sup>25</sup>

**Taxa de Desemprego Juvenil (15 aos 24 anos)**  
**A.M. Lisboa 2010 a 2014**



Fonte: INE

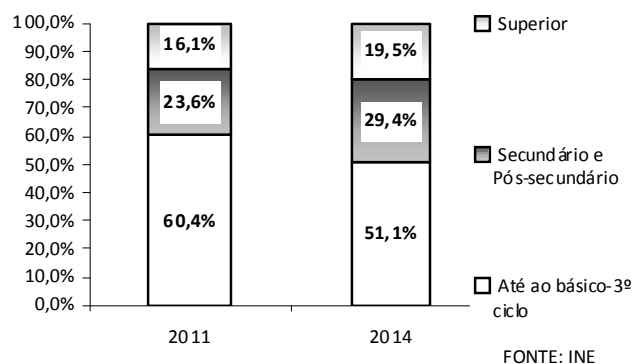
Em 2013, a taxa de desemprego juvenil (15 a 24 anos) na região de Lisboa chegou a atingir os 45,3%.

Em 2014, continuando a seguir os dados do INE, a taxa de desemprego juvenil (15 a 24 anos) na região de Lisboa cifrou-se em 36,7%, uma descida à qual não será alheio o elevado número de jovens de Lisboa que têm emigrado, mas também outras realidades como o desencorajamento (uma dimensão preocupante, mais ainda quando de fala de populações jovens).

A este propósito é importante referir os perto de 90 mil jovens na região de Lisboa (86.700) que, não sendo considerados desempregados, não estão empregados e também não estão em Educação ou formação.

### Desempregados por habilitação

**População Desempregada por Nível de Instrução**  
**na Região de Lisboa - Comparação 2011-2014**



FORNTE: INE

Analisando ainda os números do desemprego da Região, se é certo que a probabilidade de estar desempregado continua a ser superior nos trabalhadores com escolaridade mais baixa (51,1%), a verdade é que entre 2011 e 2014 subiu a proporção de desempregados com habilitações de nível secundário (29,4%) e de nível superior (19,5%).

A proporção de desempregados com habilitações de nível secundário e superior aumenta nos desempregados que procuram o primeiro emprego. Na região, 66,5% dos desempregados à procura do primeiro emprego têm habilitações de nível secundário (45,5%) e

superior (21%).

<sup>25</sup> Fonte do capítulo: INE, Estatísticas do Emprego anual 2014



Estes números são particularmente denunciadores da desarticulação entre o investimento e aumento da escolaridade na população mais jovem e a forma como o mercado de trabalho desperdiça este investimento pessoal e social, com profundas consequências para a economia do país e da região.

### Desemprego de longa duração

#### **Mais de 60% dos desempregados da região estão nesta situação há um ou mais anos**

A dimensão do Desemprego de Longa Duração e o seu contínuo agravamento deve constituir motivo de grande preocupação. Na região de Lisboa, estão no desemprego há um ano ou mais anos 65,2% dos seus desempregados. Em 2011 eram 51,9% os desempregados que estavam nesta situação.

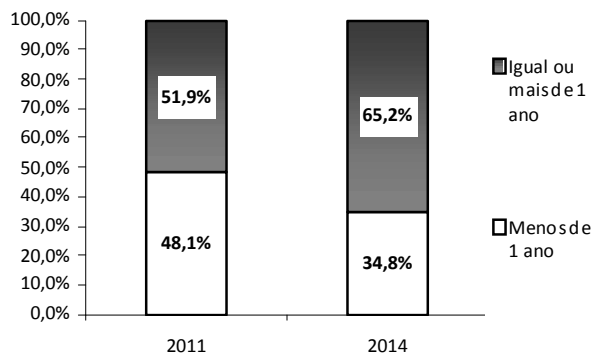
#### **O tempo de desemprego tende a aumentar com a idade do desempregado**

O desemprego de longa e de muito longa duração afecta todos os grupos etários.

Merece particular preocupação o facto de mais de 80% (80,4%)<sup>26</sup> dos desempregados com 44 e mais anos ao fim de um ano e mais ainda não terem conseguido encontrar um novo emprego.

Mas merece igual preocupação o facto de mais de metade dos trabalhadores entre os 25 e os 34 anos serem desempregados de longa duração (55,1% dos desempregados desta nova geração).

População Desempregada por Duração de Procura na A.M. Lisboa 2011-2014



FORNTE: INE

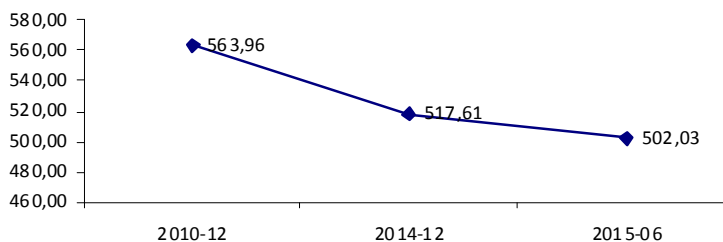
### Desempregados sem subsídio de desemprego

O ataque à protecção social no desemprego (com destaque para a redução dos montantes do subsídio de desemprego, da introdução de um perfil decrescente de prestações e a redução da sua duração para 18 meses) teve consequências particularmente graves, num período de forte crescimento do mesmo.

No distrito de Lisboa, mais de metade (51,1%) dos desempregados inscritos nos centros de emprego do distrito de Lisboa não tem direito a receber subsídio de desemprego.

Por outro lado, entre 2010 e 2015 o valor médio mensal dos subsídios processados por beneficiário diminuiu 11%.

Evolução dos valores dos Subsídio de desemprego no distrito de Lisboa (Euros)



Fonte: Estatísticas Segurança Social

<sup>26</sup> INE, Inquérito ao Emprego, 4º Trim. 2014

## 5.POLÍTICA DE RENDIMENTOS

### 5.1. O forte ataque aos salários

Sob a égide da austeridade e da intervenção da troika aprofundou-se o processo de desvalorização do trabalho e dos salários.

Os trabalhadores foram dos maiores sacrificados pela crise e pelas políticas de austeridade impostas pela troika e pelo governo.

Ao longo dos últimos 4 anos foram várias as medidas que, tanto no sector público como no sector privado contribuíram para a redução das remunerações.

#### Medidas com incidência na redução das remunerações (2011-2015)

Incidência Sectorial	Medidas
Medidas com incidência na redução do rendimento líquido salarial dos trabalhadores do sector público e do sector privado	Congelamento do salário mínimo no valor de 2011 (2012; 2013;2014) Aumento do salário mínimo limitado a 20 Euros com redução da contribuição patronal em 0.75% (4º trimestre 2014/2015) Cortes nos feriados e férias sem compensação remuneratória (a partir de 2012) Redução para metade do valor das horas extraordinárias (a partir de 2012)
Medidas com incidência no rendimento salarial líquido dos <b>trabalhadores da função pública</b>	Cortes dos subsídios de 50% no subsídio de Natal (2011); Suspensão do subsídio de Natal e de Férias (2012); Cortes dos salários nominais acima de 1500 Euros (2011; 2012; 2013; 2014). Os mesmos cortes com redução de 20% (2015). Congelamento dos salários abaixo daquele montante. Bloqueio das carreiras. Aumento do horário de trabalho de 35 para 40 horas sem compensação equivalente (a partir de 2012).

Fonte: M.P.C. Lima

Os baixos salários influem profundamente no nível de vida e dignidade dos trabalhadores e são responsáveis, num contexto agravado pelas baixas qualificações, precariedade e desemprego, por situações graves de sobreendividamento das famílias e mesmo de pobreza e exclusão social.

A política de baixos salários é incompatível com o desenvolvimento do país e da região numa base de crescimento e desenvolvimento sustentáveis.

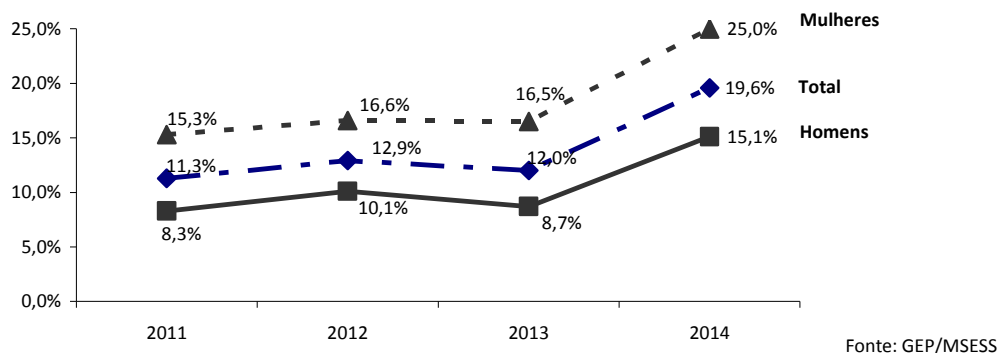
### 5.2. Salário Mínimo Nacional

O salário mínimo (actualmente denominado Retribuição Mínima Garantida) esteve sem actualização desde 2011 (485€) até ao 4º Trimestre de 2014/2015 (altura em que foi actualizado para 505€ - com redução da contribuição patronal em 0,75%). Este é um valor bastante baixo.

A proporção de trabalhadores a auferir o Salário Mínimo nacional é cada vez maior fruto, por um lado da actualização do SMN após o acordo de 2006 e, nos anos mais recente, como efeito das políticas de austeridade e consequente desvalorização salarial.

De acordo com os dados do GEP<sup>27</sup>, em Outubro de 2014, perto de 20% (19,6%) dos trabalhadores do país auferiam o Salário Mínimo Nacional, valor que era de 11,3% em Outubro de 2011.

**Proporção de trabalhadores abrangidos pelo Salário Mínimo (retribuição mínima mensal garantida) Total, Homens e Mulheres (outubro 2011 a Out.2014)**

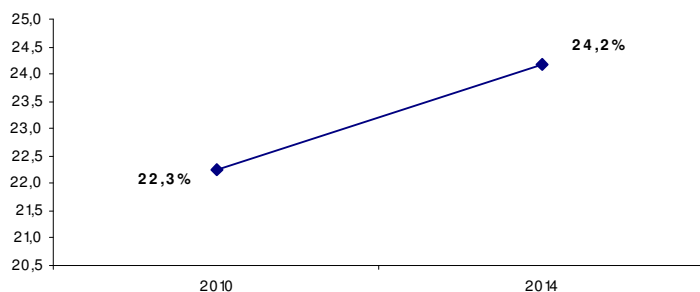


A proporção de Mulheres a receberem o salário mínimo é bastante superior à dos Homens: 25% das trabalhadoras portuguesas, proporção que é de 15,1% junto dos homens trabalhadores.

### 5.3. Trabalhadores com menos de 600€ por mês

A proporção de trabalhadores com baixos salários está a aumentar.

**Proporção de trabalhadores (TPCO's) a receber menos de 600 €**



De acordo com os dados do Inquérito ao emprego, mais de um quarto dos trabalhadores por conta de outrem da região de Lisboa vive com menos de 600€ líquidos mensais (24,2%)<sup>28</sup>, proporção que era de 22,3% em 2010.

A análise da distribuição dos TCO's da região de Lisboa por escalão de rendimentos revela uma distribuição dos ganhos dos trabalhadores profundamente assimétrica e desigual.

<sup>27</sup> GEP, Inquérito aos Ganhos e Duração do Trabalho, Outubro 2014

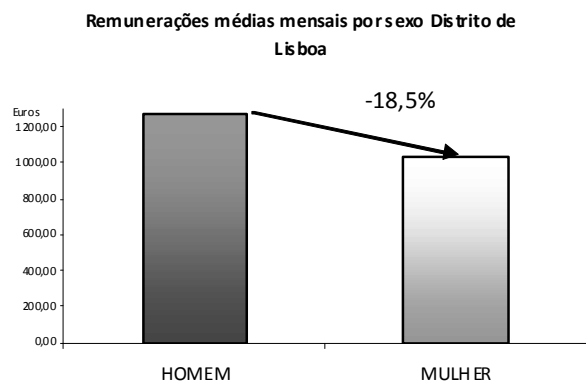
<sup>28</sup> INE, Inquérito ao Emprego, Média Anual 2014

## 5.4. Desigualdades Salariais

O distrito de Lisboa apresenta enormes desigualdades salariais.

Considerando os dados dos Quadros de Pessoal relativos ao sector privado no distrito de Lisboa, a remuneração média mensal é de 1.160,87€<sup>29</sup>. No entanto, por trás deste valor médio estão remunerações muito desiguais que variam em função de diferentes factores com são o sexo, a idade, os sectores de actividade, o tipo de contrato ou os concelhos.

### As mulheres trabalhadoras ganham menos que os homens trabalhadores



Fonte:

No caso da distribuição dos ganhos por sexo, conclui-se que as mulheres ganham menos que os homens estando aqui em causa uma grave situação de discriminação salarial. No distrito, em média, as mulheres recebem 18,5% abaixo dos homens, correspondendo a uma média de menos 235€ mensais.

A desigualdade salarial entre sexos é particularmente acentuada entre os quadros superiores. Neste nível de qualificação as mulheres ganham menos 26,7% que os homens.

As desigualdades salariais entre mulheres e homens aumentam à medida que se avança na idade dos trabalhadores. Assim, entre os 55 e os 59 anos as mulheres ganham menos 30,9% que os homens e nos 60 a 64 anos ganham menos 36,7%.

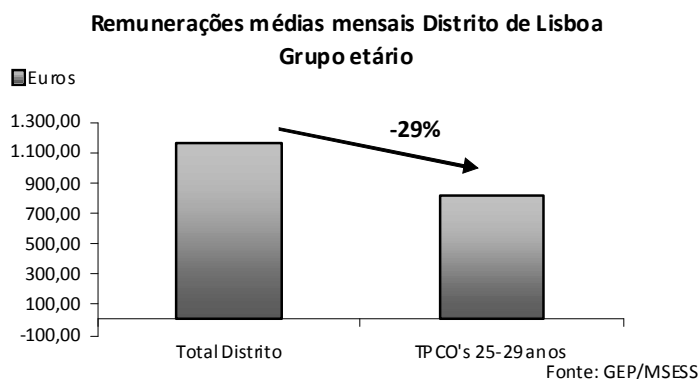
### Os salários médios mais baixos são praticados no sector do “Alojamento, restauração e similares”

As disparidades remuneratórias em termos sectoriais no distrito de Lisboa são muito acentuadas. Os sectores de actividade onde se ganha menos são o “Alojamento, restauração e similares” onde a remuneração média é de 703,96€ e corresponde a 60,6% da média remuneratória do Distrito, seguido da “Agricultura, produção animal, caça” onde a remuneração média é de 705,18€ e corresponde a 60,7% da média remuneratória do distrito.

### Os trabalhadores mais jovens auferem salários que correspondem a metade e menos da média salarial do distrito

Os trabalhadores mais jovens entram no mercado de trabalho a receber bastante menos que os trabalhadores mais velhos.

Esta diferença não pode ser compreendida apenas por referência à antiguidade, mas sim integrada numa estratégia global de redução dos salários dos trabalhadores, que tende a afectar crescentemente os trabalhadores que entram ou reentram no mercado de trabalho, independentemente da sua geração.



<sup>29</sup> A Fonte deste sub capítulo é: GEP, MQP- 2013

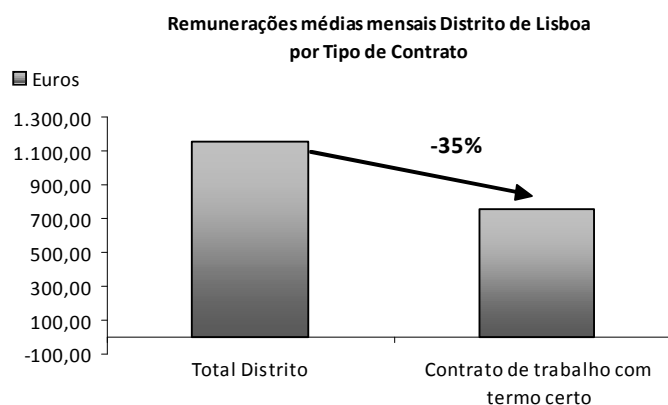
Tomando como exemplo os trabalhadores por conta de outrem entre os 18 e os 24 anos, estes ganham 54,2% da média remuneratória do distrito e no grupo etário seguinte ganham 29% abaixo da média salarial.

### Os trabalhadores com contrato a termo têm salários abaixo da média do distrito

Os trabalhadores com vínculos precários são também os que têm em média salários mais baixos.

Os trabalhadores com contrato trabalho temporário a termo recebem menos de metade da média remuneratória do distrito (49,7%).

Os trabalhadores com contrato a termo certo e incerto recebem, respectivamente 65,1% e 66,4% da média remuneratória do distrito.



Fonte: GEP/MSESS

## 5.5. O forte ataque às pensões

Os reformados e pensionistas estiveram face a enormes ataques durante os últimos anos. Apesar dos valores muito baixos das pensões de reforma, a verdade é que, desde 2010, apenas os escalões mais baixos das pensões foram (irrisoriamente) aumentados, correspondendo a 13,2% dos reformados da segurança social e 11% dos aposentados da CGA<sup>30</sup>. Assim, a esmagadora maioria dos reformados não tem qualquer aumento desde 2010, sendo que a estes não aumentos se juntaram cortes brutais.

**Em conjunto, aposentados da CGA e reformados da Segurança Social perderam mais de 1.900 milhões de Euros por ano<sup>31</sup>**

Sem contar com os efeitos dos aumentos de preços em rendimentos que não sofreram qualquer aumento, juntaram-se nestes anos os seguintes cortes que agravaram a perda do poder de compra das pensões, decorrentes de:

- O aumento da retenção de IRS
- A sobretaxa extraordinária de IRS
- A CES (Contribuição Extraordinária de Solidariedade)
- O aumento do desconto para a ADSE (esta última apenas para os aposentados da CGA)

Os quadros seguintes quantificam o efeito conjugado dos cortes nas pensões de reforma da Segurança Social e da CGA.

<sup>30</sup> Eugénio Rosa

<sup>31</sup> Eugénio Rosa

**A redução anual dos rendimentos dos reformados da Segurança social já atingem 774 milhões € em 2014 e a redução do poder de compra das suas pensões chega a atingir 30,4%**

Pensão Mensal Iliquida 2014	*Agravamento Fiscal 2010/2014			corte CES	Efeito aumento preços entre 2010/2014	Total do agravamento causado pelas medidas do governo e o aumento dos preços	Retenção Irs 2014	Pensão Líquida após as medidas do governo e o efeito do aumento de preços
	Aumento da retenção do Irs	Sobretaxa Irs	Total					
euros								
106					8	8		98
181					13	13		168
338					25	25		313
524		2	2		38	40		484
1.571	86	27	113	55	90	258	275	1.124
4.055	243	64	307	406	165	878	1.358	2.062
5.600	280	84	364	560	208	1.132	2.156	2.592

\*Retenção irs (casado 2 titulares)

Cálculos: Eugénio Rosa

Nº pensionistas	Pensão Mensal Iliquida	Agravamento Fiscal 2010/2014	corte Ces	Total Mensal	Cortes No Total dos Pensionistas
euros					
38.000	106			0	0
215.000	181			0	0
1.176.000	338			0	0
215.000	524	2		2	430.000
264.000	1.571	113	55	168	44.352.000
14.000	4.055	307	406	713	9.982.000
600	5.600	364	560	924	554.400
1.922.600					55.318.400
Anual					774.457.600

Cálculos: Eugénio Rosa

**Redução Anual dos rendimentos dos aposentados da CGA já atingem 1.160 milhões € em 2014 e a redução do poder de compra das suas pensões chega a atingir 33,2%.**

Pensão Mensal Iliquida 2014	*Agravamento Fiscal 2010/2014			Agravamento ADSE 2010/2014	corte CES	Efeito aumento preços entre 2010/2014	Total do agravamento causado pelas medidas do governo e o aumento dos preços	ADSE 2014	Retenção Irs 2014	Pensão Líquida após as medidas do governo e o efeito do aumento de preços
	Aumento da retenção do Irs	Sobretaxa Irs	Total							
euros										
240						18	18			222
250						19	19			231
500						37	37			463
690	24	6	30	14		46	90	24	31	583
875	39	10	49	18		57	124	31	74	703
1.250	68	18	86	25	44	72	227	44	181	891
1.750	96	29	125	35	61	95	316	61	324	1.180
2.250	146	36	182	45	135	109	471	79	540	1.351
2.750	179	42	221	55	215	121	612	96	770	1.506
3.500	245	50	295	70	335	137	837	123	1.138	1.717
5.000	250	69	319	100	500	176	1.095	175	1.875	2.205

\*Retenção irs (casado 2 titulares)

Cálculos: Eugénio Rosa

Nº aposentados	Pensão Mensal Iliquida 2014	Agravamento Fiscal 2010/2014	Agravamento ADSE 2010/2014	corde Ces	Total Mensal	Cortes No Total dos Aposentados
Nº	euros					
28.446	240					
23.425	250					
45.824	500					
71.304	690	30	14		44	3.137.376
62.168	875	49	18		67	4.165.256
81.338	1.250	86	25	44	155	12.607.390
48.479	1.750	125	35	61	221	10.713.859
55.312	2.250	182	45	135	362	20.022.944
38202	2.750	221	55	215	491	18.757.182
10.857	3.500	295	70	335	700	7.599.900
6.424	5.000	319	100	500	919	5.903.656
471.779						82.907.563
Anual						1.160.705.882

Cálculos: Eugénio Rosa

### 5.3. O agravamento da carga e da injustiça fiscal

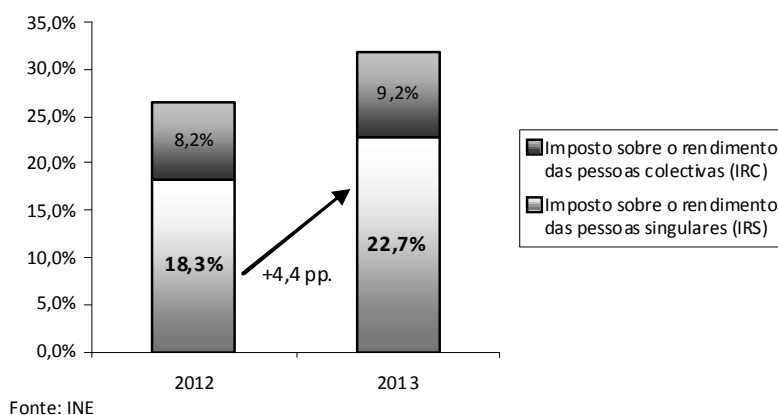
A par dos cortes nos salários e remunerações, no período entre congressos verificou-se um enorme aumento de impostos e da carga fiscal, que poupou as classes de maiores rendimentos e incidiu sobretudo junto dos trabalhadores e reformados.

A carga fiscal em Portugal, tendo em conta os impostos sobre o rendimento mais as contribuições de trabalhadores e empregadores para a Segurança Social, foi a que mais subiu em 2013 entre os 34 países da Organização para a Cooperação e para o Desenvolvimento Económico (OCDE). Em 2013 ano do enorme aumento de impostos a carga fiscal ascendeu a 41,3% do produto interno bruto (PIB) do país, mais 4,2 pontos percentuais do que em 2010.<sup>32</sup>

Em 2013, os portugueses pagaram a maior factura de sempre de IRS, com o agravamento dos impostos a fazer-se sentir não só pelas alterações dos escalões (reduzidos de oito para cinco, com um agravamento das taxas), mas também pela introdução da sobretaxa de 3,5%.

Assim, entre 2012 e 2013, as receitas de impostos e contribuições sociais referentes ao IRS subiram 34,3%<sup>33</sup>.

Peso do IRS e IRC na Carga fiscal em 2012 e 2013



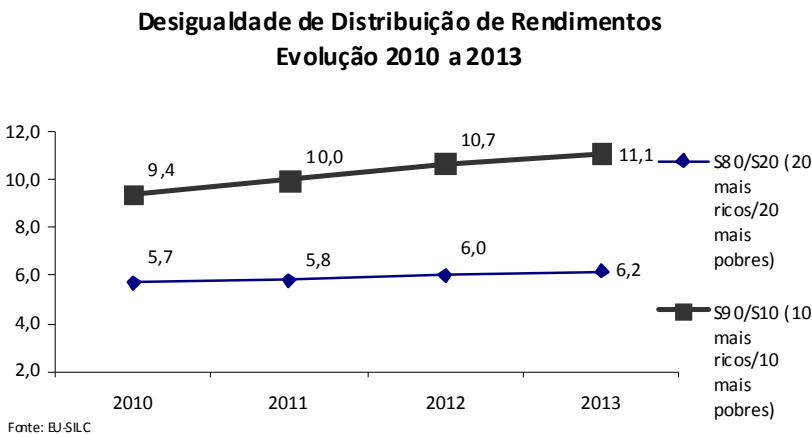
<sup>32</sup> OCDE, Carga Fiscal em Percentagem do PIB

<sup>33</sup> INE, Contas Nacionais

## 5.4. o aumento das desigualdades

Portugal revela uma estrutura muito desigual de repartição da riqueza, que se agravou nos últimos 4 anos. Confirmando a gravidade das medidas de austeridade e o seu impacto junto dos que menos têm. A região e o distrito de Lisboa não ficaram de fora desta tendência.

### Desigualdade na distribuição dos rendimentos



Pegando em dois indicadores importantes de desigualdade de rendimento (S80/S20 e S90/S10) concluiu-se que em 2010 os 20% mais ricos auferiam rendimentos 5,7 vezes superiores aos mais pobres e que essa proporção se agravou para 6,2 vezes mais.

No que concerne aos 10% mais ricos, o seu rendimento era 9,4 vezes superior ao dos 10% mais pobres e passou para 11,1 vezes em 2013.

A região de Lisboa não só reproduz como agrava o padrão de desigualdades existentes no país. A confirmá-lo estão os Indicadores relativos às desigualdades salariais no distrito ou o último Inquérito às Despesas das Famílias<sup>34</sup>, segundo o qual a região de Lisboa (registando um índice de Gini de 37,1%) constituía a região com maior nível de desigualdade do rendimento total por adulto equivalente e a única com um coeficiente de Gini superior à média nacional.

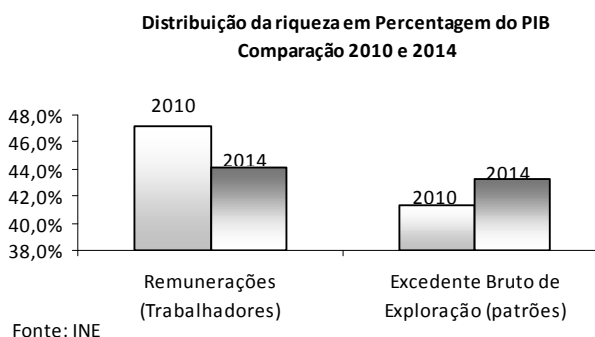
### Aumento da parcela do capital

Em contexto de crise, o capital, viu aumentar a sua parcela na riqueza criada e os trabalhadores viram-na diminuir. O resultado deste foi um agravamento das desigualdades, com consequências negativas em termos sociais, mas também económicos.

De acordo com os cálculos de Eugénio Rosa, se neste período a riqueza criada no país (medida pelo VAB) diminuiu 4,5%, o valor das remunerações diminuiu percentualmente mais do dobro da quebra da riqueza criada (menos 10%).

Tal significou que, no período de 2010-2014 a parcela da riqueza criada no país que reverteu para os trabalhadores diminuiu de 53,6% para 50,5%.

Se o valor das remunerações dos trabalhadores diminuiu 10% (e desceu 3 pontos percentuais na estrutura do PIB), o Excedente Bruto de Exploração no PIB (que reverte para os patrões) aumentou 1% (aumentando em 2 pontos percentuais a sua parte na distribuição da riqueza no país).



<sup>34</sup> INE, IDEF, 2010-2011



## Aumento da Fortuna dos 25 mais ricos

O ranking dos milionários portugueses, publicado pela revista Exame<sup>35</sup>, diz que a fortuna dos 25 mais ricos ascende a 14,7 mil milhões de euros e é equivalente a 8.5% do PIB português. Num ano, a riqueza deste conjunto das 25 maiores fortunas portuguesas aumentou 400 milhões de Euros, confirmando que a crise e a austeridade não foi para todos.

## 5.5. Aumentam as dificuldades dos trabalhadores e das famílias

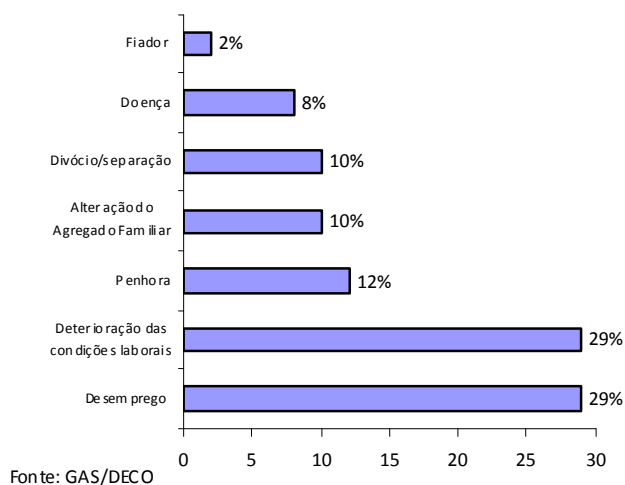
### Sobre-endividamento das famílias

Os últimos anos foram anos em que diminuiu o recurso ao crédito por parte das famílias e em que, simultaneamente aumentou o número de famílias com dificuldades em cumprir os seus créditos.

Segundo a DECO<sup>36</sup>, em 2014 recorreram a apoio por motivos de sobre-endividamento 2.768 pessoas, 30% das quais residentes no distrito de Lisboa.

As duas maiores razões para o processo de sobre-endividamento em 2014 foram a deterioração das condições laborais (33%) e o desemprego (31%). Na deterioração das condições laborais a DECO destaca a degradação dos salários.

Causas do sobreendividamento das famílias



### Aumento do incumprimento dos créditos

Nos últimos anos, o chamado crédito malparado tem vindo a aumentar progressivamente.

Segundo o Banco de Portugal, a percentagem de devedores (famílias) com crédito vencido subiu de 13,3% em Março de 2010 para 15,1% em Março de 2015.<sup>37</sup>

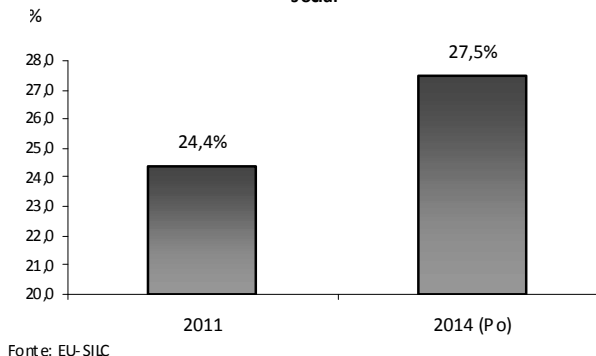
## 5.6. Aumento da pobreza e exclusão social

A pobreza e a exclusão social colidem com o exercício de direitos fundamentais dos seres humanos.

Os dados estatísticos existentes não revelam todas as dimensões deste flagelo, mas constituem elementos importantes que alertam para o impacto desta realidade no país e na região e confirmam um agravamento de todas as situações de pobreza desde o último Congresso.

Os fenómenos de pobreza e exclusão social acentuaram-se nestes anos.

Proporção da população em risco de pobreza ou exclusão social



<sup>35</sup> Revista Exame

<sup>36</sup> GAS-DECO

<sup>37</sup> Banco de Portugal

Perto de 20% da população vive em risco de pobreza, com uma taxa de risco de pobreza a subir de 18% para 19,5% no nosso país.<sup>38</sup>

Se atentarmos ao indicador relativo à população em risco de pobreza e exclusão social (que conjuga o anterior indicador com o de situação de privação material severa e de intensidade laboral per capita muito reduzida) conclui-se que estão nesta situação 25,7% da população no nosso país.

### **AS crianças são particularmente atingidas pela pobreza no nosso país**

Em Portugal, o risco de pobreza junto das crianças é de 25,6% (mais 3,3 pontos percentuais que em 2011).

### **A Pobreza aumenta junto dos Desempregados**

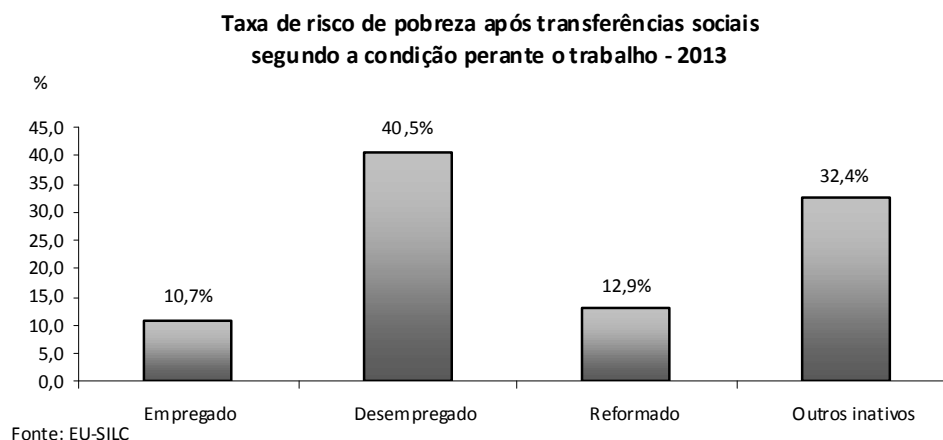
Mais de 40% da população desempregada (40,5%) vive em risco de pobreza, uma percentagem que era de 36,4% em 2010.

### **A pobreza atinge crescentemente os trabalhadores e as suas famílias**

É de realçar o facto de que ter um trabalho, por si só, não protege das situações de pobreza.

A palavra “trabalhador pobre” aplica-se a um número crescente da população que tem um trabalho mal remunerado ou inseguro e que por isso vive em risco de ser, tornar-se ou permanecer pobre.

Mais de um em cada 10 trabalhadores vive em risco de pobreza, correspondendo a uma taxa de 10,7% de trabalhadores que vivem com menos de 411€ mensais.



<sup>38</sup> Fonte do capítulo: EU-SILC 2014 (Po)

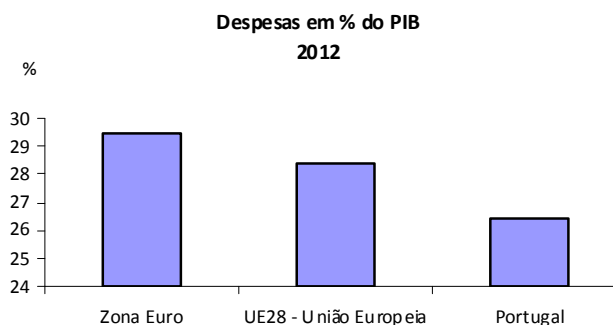
## 5. PROTEÇÃO SOCIAL

O sistema de Segurança social público e universal constitui uma das maiores conquistas sociais pós-25 de Abril. A constituição da República Portuguesa estabeleceu de forma clara a incumbência do Estado em «organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado».

A Segurança Social constitui um instrumento insubstituível de justiça social e de solidariedade, no entanto, assistimos a uma ataque forte ao sistema de Segurança social, que pretende convencer os portugueses de que os sistemas públicos de segurança social são insustentáveis e têm que ser privatizados, transformando através da capitalização os sistemas de segurança social em mais uma área de negócio e fonte de lucro, transferindo os riscos para os trabalhadores/Beneficiários.<sup>39</sup>

### 5.1. Despesas da protecção social em percentagem do PIB

De acordo com a Eurostat, as despesas de protecção social realizadas em Portugal no ano de 2012 representaram 26,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Estes valores ficam abaixo da média da UE27 (28,4%) em 2 pontos percentuais e bastante abaixo dos países que apresentam uma maior despesa neste domínio, chegando a representar mais de 1/3 do PIB na França e na Dinamarca)

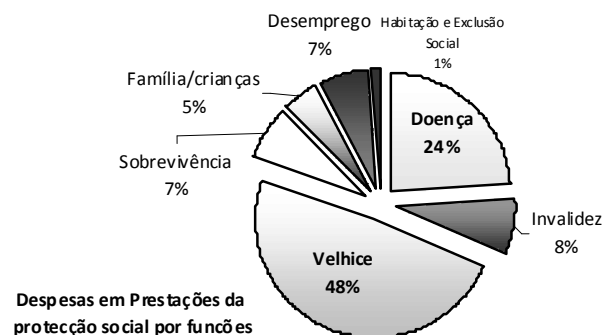


Fonte:

### 5.2. Receitas e despesas da segurança social

Um mecanismo de solidariedade como é o da Segurança social tem níveis muito elevados de beneficiários, de despesa, mas também de receita.

Contrariando o discurso do sistema deficitário, vale a pena analisar as contas relativas à protecção social em Portugal. De acordo com o INE<sup>40</sup>, em 2012 o saldo da protecção social foi de mil e cinquenta e oito mil milhões de Euros.



Fonte: INE

De acordo com o IGF, o saldo global do subsector da segurança social registou um excedente acumulado de 419,3 milhões de euros.

#### Estrutura das prestações em protecção social por grupo de funções

As despesas em prestações sociais constituem 91,9%<sup>41</sup> do total da despesa em protecção social. Destas,

vai para as pensões de velhice (48,8%) e perto de um quarto para as prestações substitutivas em caso de doença (23,8%).<sup>42</sup>

<sup>39</sup> Eugénio Rosa, "A carta que o Expresso se recusou a publicar"

<sup>40</sup> Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Protecção Social (2012)

<sup>41</sup> Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Protecção Social (2012)

### 5.3. O ataque às prestações sociais

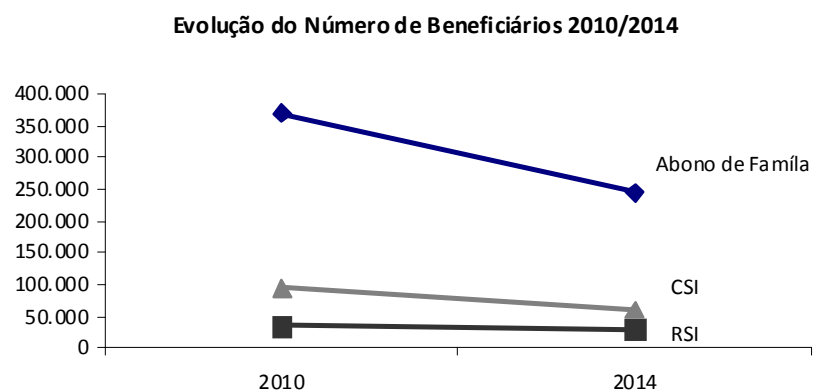
Ao mesmo tempo que se agravaram as situações de fragilidade dos trabalhadores, das crianças e das pessoas em geral, o governo fez cortes assinaláveis nas prestações sociais acima referidas, quer nos montantes atribuídos quer nos beneficiários destas prestações:

A pretexto da crise, num momento em se exige um grande reforço da proteção social, os governos têm procurando “poupar” numa área onde a “poupança” é desumana e tem graves consequências, implementando, por um lado, esquemas para reduzir o número de beneficiários das prestações sociais ou, por outro, para reduzir substancialmente o seu montante.

As prestações mais afectadas em termos de **despesa**, por comparação com 2010, foram as prestações para o combate à exclusão social (que sofreram um corte de 32,7% em 3 anos); seguidas das prestações destinadas à família/crianças (-15,2%) e doença/cuidados de Saúde (-12,7%).

Estes decréscimos deram-se num período de aumento da pobreza e exclusão social e,

nomeadamente, da pobreza infantil. **Entre 2010 e 2014, no distrito de Lisboa<sup>43</sup>**: Menos 243.299 receberam abono de família (quebra de 34%); Menos 37.970 pessoas vivendo com dificuldades receberam o Rendimento Social de Inserção (quebra de 36%); Menos 5.138 idosos tiveram acesso ao Complemento Solidário para Idosos (quebra de 15%).

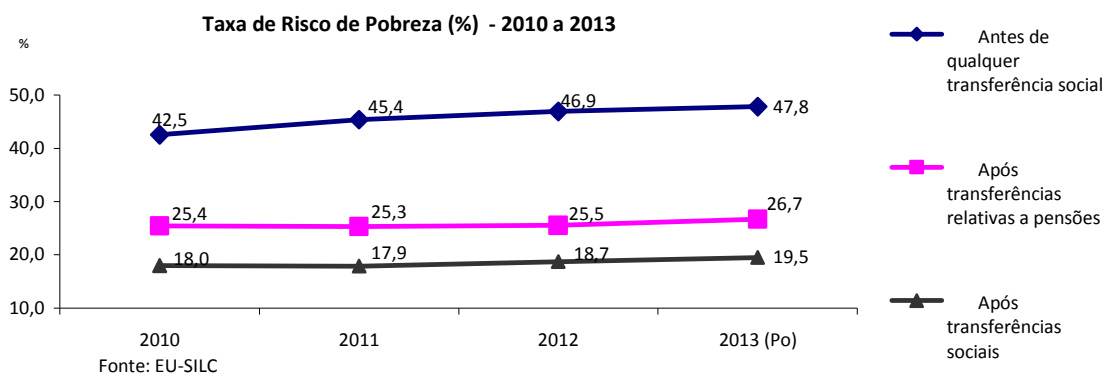


Fonte: II/MTSS

### A importância das prestações sociais na redução do risco de pobreza

A taxa de risco de pobreza em Portugal atingiria os 47,8% se não houvesse transferências sociais (pensões e outras).

A existência de pensões é responsável pela diminuição em 21,1% do risco de pobreza em Portugal, as outras prestações sociais (entre as quais se integram as prestações relativas ao Rendimento Social de Inserção) são responsáveis por diminuir em 7,2% o risco de pobreza em Portugal.



<sup>42</sup> Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Proteção Social (2012)

<sup>43</sup> II/MTSS - PORDATA

## 6. SAÚDE

Ter acesso a um serviço de saúde eficaz e eficiente, que promova a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida é um direito que a Constituição da República consagra, cabendo ao Estado «garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica».

O Serviço Nacional de Saúde foi criado na perspectiva de ser um serviço de acesso universal, geral e gratuito, como garantia a todos os portugueses do direito aos cuidados na doença e à promoção da saúde e é responsável por inegáveis e importantes progressos registados ao nível da saúde da população.

No entanto, nestes 4 anos, no seguimento das políticas austeritárias do governo e da troika internacional EU/BCE/FMI, o SNS e a despesa do Estado em saúde sofreram um enorme corte nestes anos.

### 6.1. Diminuição da despesa pública de saúde

Portugal é dos países da OCDE onde a fatia pública no total das despesas de saúde é menor (66%), inferior em 6,7 pontos percentuais à média da OCDE (72,7%)<sup>44</sup>.

No entanto, a despesa do Estado em saúde diminuiu nestes últimos anos.

Assim, entre 2010 e 2013 o peso da despesa pública em saúde em percentagem do PIB desceu de 6,9% para 5,9% em 2013, tendo a despesa das famílias em saúde subido de 2,9% para 3% em 2013.<sup>45</sup>

Analisando a Conta Geral do Estado, em 2013 a Despesa do Estado em Saúde per capita, diminuiu 11,2% por referência a 2010 e 17% por referência a 2012.<sup>46</sup>

#### **Aumento da despesa das famílias - Agravamento Brutal das taxas moderadoras**

O esforço financeiro empreendido pelas famílias para aceder à saúde aumentou, quer pelo aumento do custo da saúde quer pelo impacto deste num contexto de redução generalizada dos rendimentos das famílias. Num momento de maiores dificuldades das famílias, as despesas com a saúde aumentaram. Para tal contribuiu também o brutal aumento das taxas moderadoras em 2012, como se pode ver pelo quadro em baixo:

Taxas Moderadoras	2011	2012	Aumento
Consultas Centros Saúde	2,25 €	5,00 €	122%
Consultas sem a presença do utente	0,00 €	3,00 €	
Consultas especialidade	4,60 €	7,50 €	63%
Cuidados enfermagem	0,00 €	5,00 €	
Urgência Básica	8,60 €	15,00 €	74%
Urgência Polivalente	9,60 €	20,00 €	108%

Nas urgências acrescem as taxas de meios complementares de diagnóstico até um máximo de 50 euros

<sup>44</sup> OECD Health Data 2015

<sup>45</sup> Despesa nacional em saúde em % do PIB

<sup>46</sup> DGO/MEF, Conta Geral do Estado e INE, Estimativas da população residente

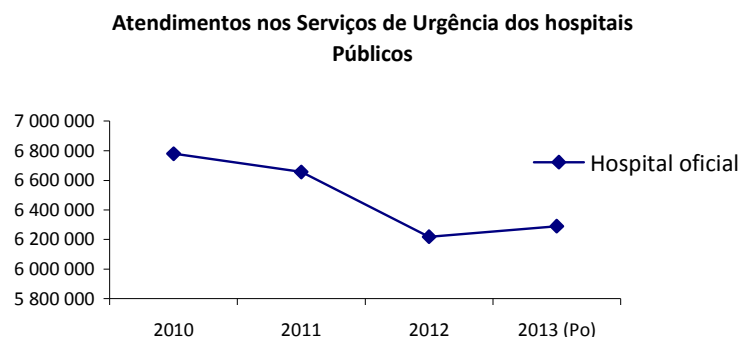
O Observatório Português dos Sistemas de Saúde, no seu Relatório da Primavera<sup>47</sup>, alerta para que as desigualdades socioeconómicas ganharam, nos últimos anos, mais espaço no campo das políticas de saúde e, recorrendo a um estudo desenvolvido sobre o papel das restrições financeiras no acesso à saúde, ilustra-as da seguinte forma:

Motivo da restrição financeira no acesso à saúde	%
Não adquiriu todos os medicamentos que devia por falta de dinheiro	15,4%
Não foi a uma urgência ou a uma consulta por falta de dinheiro	8,7%
Na farmácia pediu para trocar medicamento de marca por genérico por este ser mais barato	31,0%
Deixou de ir à ou a consulta pelo preço do transporte	5,0%
Não foi a uma urgência por não poder perder o dia de salário	6,0%

Fonte: Inquérito de percepções sobre o papel das restrições financeiras no acesso aos serviços de saúde

### ***Diminuição do acesso aos serviços de urgência***

Tal como se pode ver no gráfico em baixo, apesar de continuarem a ocorrer fenómenos sazonais de congestão dos serviços de urgência, assistiu-se a uma diminuição progressiva no acesso aos serviços de urgência dos hospitais públicos (apenas com um ligeiro incremento em 2013).<sup>48</sup>



Esta diminuição do acesso às urgências coincidiu com o aumento das taxas moderadoras, confirmando a consequência negativa desta medida para a acessibilidade dos utentes à Saúde.

Simultaneamente, a diminuição do acesso às urgências no público coincidiu com o aumento no privado, em grande medida suportado pelo Estado (pois, por exemplo, o acesso às urgências dos utentes com ADSE tornou-se muitas vezes e escandalosamente mais barato no privado do que no público).

Em termos acumulados e relativos, entre 2010 e 2013, os atendimentos nas urgências nos hospitais públicos diminuíram 7,2% e aumentaram 17,6% nos hospitais privados.

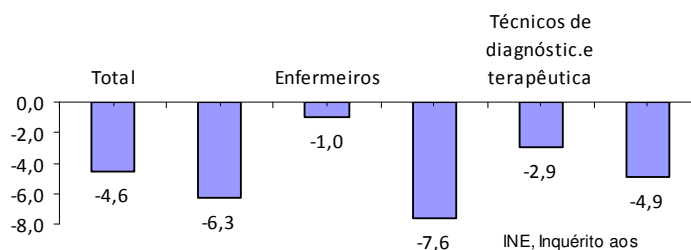
<sup>47</sup> OPSS, Relatório Primavera 2015

<sup>48</sup> INE, Inquérito aos Hospitais

## Diminuição dos Profissionais de Saúde

Os profissionais de saúde são reconhecidamente (ou pelo menos deveriam sê-lo) o mais importante recurso em qualquer sistema de saúde. Num sistema de saúde já de si deficitário em termos de profissionais (com destaque para o baixo número de enfermeiros por habitante, que na região é de 6,6 enfermeiros para 1000 habitantes, quando a média da UE28 é de 8 enfermeiros para 1000 habitantes<sup>49</sup>), tem consequências particularmente graves a sua diminuição.

Evolução percentual dos profissionais de saúde nos Hospitais de Lisboa 2013/2010



Entre 2010 e 2013, na Região (e à semelhança do que aconteceu no país) o número de profissionais de saúde ao serviço dos hospitais desceu. Esta descida cifrou-se em 4,6% no total destes profissionais, tendo sido mais elevada em termo relativos no pessoal auxiliar (-7,6%) e nos médicos (-6,3%).

## Perto de um quarto dos Utentes da A.M. Lisboa sem médico de família

Mantém-se a elevada percentagem de utentes na região sem médico de família (23%).

Destacam-se pela dimensão igual ou acima dos 30% de utentes sem médico de família os concelhos pertencentes ao ACES do Estuário do Tejo (Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Vila Franca de Xira), de Sintra e do Oeste Sul (Torres Vedras, Mafra, Lourinhã, Cadaval e Sobral Monte Agraço).

## Deficiente Rede de Cuidados Continuados Integrados

Num contexto de envelhecimento da população, a rede de Cuidados Continuados ganha uma importância acrescida. No entanto, esta é claramente insuficiente e está longe de responder às necessidades da população mais envelhecida. Esta incapacidade é particularmente sentida na Região de Lisboa e Vale do Tejo, sendo a região do país com menor cobertura populacional em termos de número de camas e a segunda com menor cobertura em termos de lugares disponíveis, como o ilustra o quadro em baixo.

Nº de Camas, Equipas e Lugares da Rede de Cuidados Continuados por 100.000 habitantes com 65 e mais anos

Região	Nº de camas por 100.000 habitantes com 65 e +	Equipas de Cuidados Continuados (ECCI) por 100.000 habitantes com 65 e +	Nº de Lugares por 100.000 habitantes com 65 e +
Norte	349	268	616
Centro	518	280	798
<b>Lisboa e Vale do Tejo</b>	<b>239</b>	<b>298</b>	<b>536</b>
Alentejo	594	427	1022
Algarve	566	1538	2104
<b>Total</b>	<b>369</b>	<b>349</b>	<b>719</b>

Fonte: Relatório de Monitorização da RNCCI - 2014

<sup>49</sup> OCDE, Health at a glance: Europe 2014

## Privatização da saúde – hospitais privados

Percentagem de Hospitais na AMLisboa por Privados e Públicos



Fonte:INE

No país e no distrito a privatização dos serviços e cuidados de saúde tem avançado, na maioria dos casos à custa do próprio Serviço Nacional de Saúde.

Na A.M. Lisboa, a maioria dos hospitais são Privados (53%) e 47% são denominados hospitais Oficiais.

Simultaneamente com a retirada dos hospitais públicos do sector público e a sua passagem a hospitais EPE (de gestão

empresarial) ou PPP (Parceria Público-Privada), nos hospitais ditos oficiais cresce o domínio do privado, sendo que 11% dos hospitais da região não são públicos.<sup>50</sup>

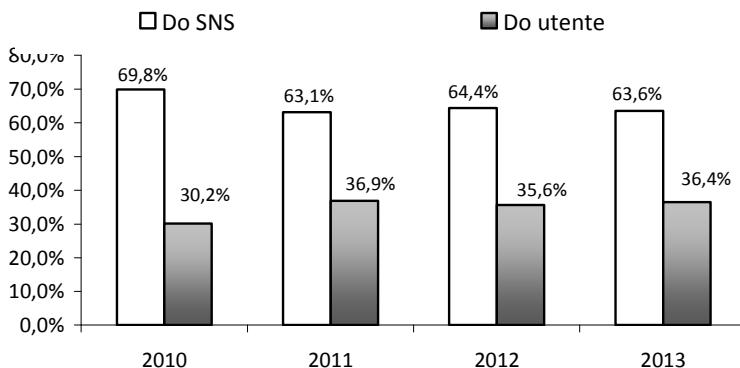
Diminuem também as camas de internamento nos hospitais oficiais (-2,9%) e aumentam as disponíveis nos hospitais privados (+4,4%)<sup>51</sup>.

### Elevados encargos com medicamentos

Como atrás referido, de acordo com o Inquérito realizados às percepções sobre o papel das restrições financeiras no acesso aos serviços de saúde, 15,4% dos inquiridos revelaram que não adquiriram todos os medicamentos que deviam por falta de dinheiro.

Não obstante, de acordo com o Infarmed<sup>52</sup>, nos últimos anos, a taxa média de comparticipação do Estado nos medicamentos desceu mais de 6 pontos percentuais (de 69,8% para 63,6%).

Encargos com medicamentos em percentagem por SNS e Utente



Fonte:INE

<sup>50</sup> INE, inquérito aos hospitais 2013

<sup>51</sup> INE, inquérito aos hospitais 2013

<sup>52</sup> Infarmed, 2014



## 7. EDUCAÇÃO

A Educação é um dos bens sociais mais importantes para o desenvolvimento do país e da região. Reconhecido e garantido constitucionalmente, todos deverão ter acesso gratuito e oportunidades iguais de sucesso a nível educativo.

Com o 25 de Abril e a democracia, verificou-se uma importante generalização da escolaridade, tendo a escola pública sido para tal fundamental. Desde o último Congresso, no seguimento das políticas de austeridade, o Estado diminuiu a sua presença no sector da Educação, com consequências tão mais graves quanto o atraso que o país ainda revela em matéria educativa.

### 7.1. Atraso educativo do país

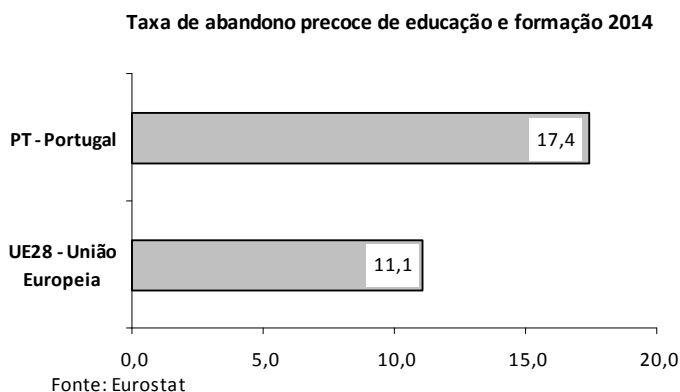
Anos	2014
<b>UE28 - União Europeia (28 Países)</b>	<b>76,0</b>
LT - Lituânia	93,3
CZ - República Checa	93,2
EE - Estónia	91,2
SK - Eslováquia	91,0
PL - Polónia	90,5
LV - Letónia	89,5
CH - Suíça	88,0
DE - Alemanha	86,9
FI - Finlândia	86,5
SI - Eslovénia	85,7
AT - Áustria	83,9
SE - Suécia	83,7
HU - Hungria	83,1
HR - Croácia	82,9
NO - Noruega	82,7
LU - Luxemburgo	82,0
BG - Bulgária	81,1
DK - Dinamarca	79,6
UK - Reino Unido	79,2
IE - Irlanda	78,8
CY - Chipre	77,6
FR - França	77,4
NL - Países Baixos	76,0
BE - Bélgica	73,6
IS - Islândia	73,2
RO - Roménia	72,8
GR - Grécia	68,4
IT - Itália	59,3
ES - Espanha	56,6
<b>PT - Portugal</b>	<b>43,3</b>
MT - Malta	42,2

Apesar do enorme salto conseguido em matéria de educação a seguir ao 25 de Abril, Portugal mantém

um importante défice educativo que ressalta quando comparado com outros países da OCDE ou da UE.

Portugal é o segundo país da UE com menor proporção de população que completou pelo menos o ensino secundário, tendo apenas Malta atrás de si. Apenas 43,3% da população completaram pelo menos o secundário, num contexto em que a média da UE28 é de 76%.

Portugal é o quinto país da UE com pior taxa de abandono escolar: 17,4% saem da escola e da formação precocemente, percentagem que é de 11,1% na EU.



## 7.2. Nível de escolaridade: um distrito muito desigual

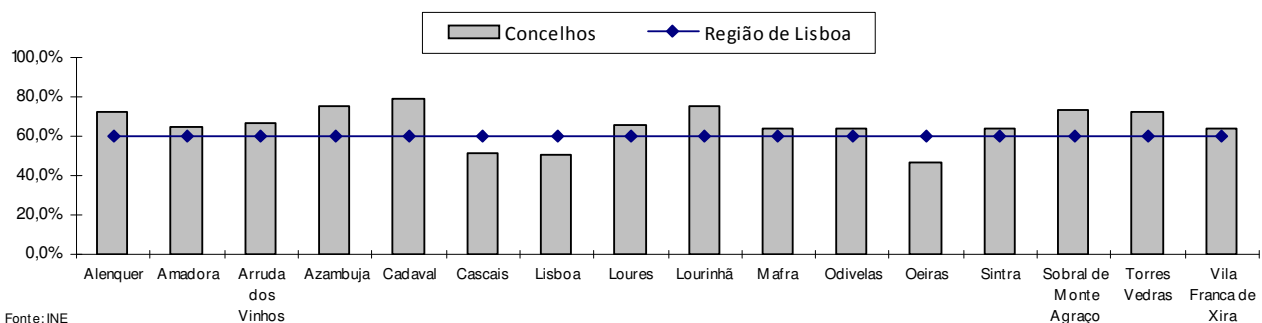
No seu conjunto, a população residente em Lisboa apresenta níveis de escolaridade superiores aos do país. No entanto, o distrito é muito desigual entre si, havendo concelhos que chegam a ter resultados abaixo dos verificados no conjunto do país.

### Proporção da população residente com ensino superior e secundário

De acordo com o último censo, considerando os níveis mais elevados de escolaridade, ressalta-se o facto de 21,6% da população residente na Grande Lisboa (concelhos mais urbanos) com 15 e mais anos ter uma escolaridade de nível superior, percentagem que é de 13,8% no total nacional e 19,4% habilitações ao nível do secundário.

No entanto nem todos os concelhos têm o mesmo desempenho. No caso do Ensino superior, são 7 os concelhos do distrito que têm uma proporção que chega mesmo a ser inferior à média nacional (Alenquer, Azambuja, Lourinhã, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Vila Franca de Xira).

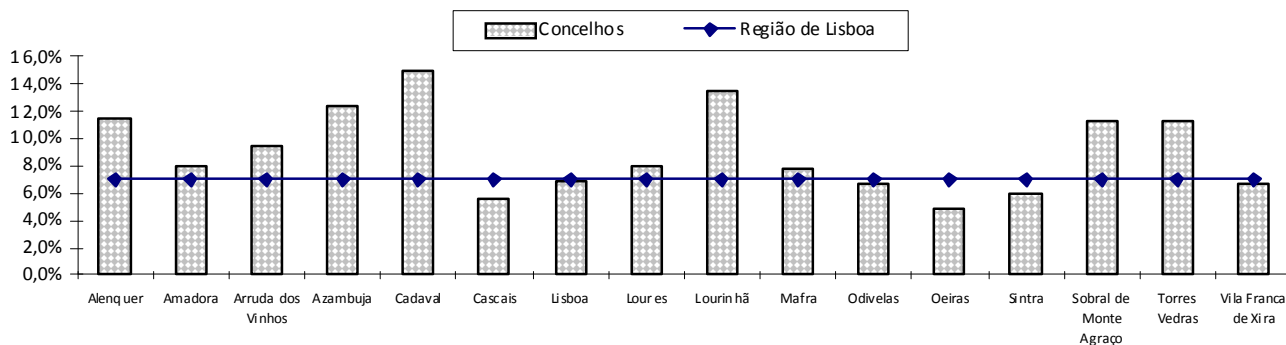
**Proporção em % da população sem ensino secundário por concelhos Distrito de Lisboa**



Ainda constituem 60% da população de Lisboa com 15 e mais anos os que não têm o ensino secundário, proporção que é de 69,5% no país. Também neste indicador o distrito anda a duas velocidades, como se pode ver no gráfico.

Também relativamente à taxa de analfabetismo o distrito está dividido entre os concelhos com taxas de analfabetismo baixas (pertencentes à denominada Grande Lisboa) e taxas de analfabetismo que se situam acima das do país (nomeadamente os concelhos pertencentes à região Oeste: Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras).

**Taxa de analfabetismo por concelhos Distrito de Lisboa**



#### 7.4. Desinvestimento público na educação e maiores encargos por parte das famílias

Apesar do evidente atraso, a aposta governamental (de cariz claramente neo-liberal) e no âmbito das medidas preconizadas pela troika internacional, foi de um forte corte nas despesas públicas da educação acentuou-se nos últimos 4 anos.

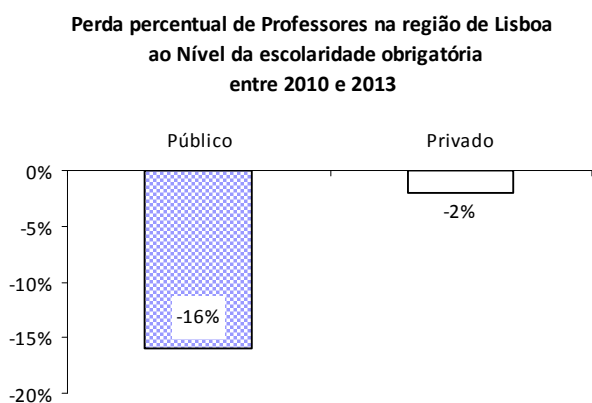
Deste modo, entre 2010 e 2014 verificou-se uma quebra de 1.600 milhões de Euros (-18,7%) na despesa do Estado em Educação.

Em Lisboa, o peso do sector privado na educação tem-se intensificado ao longo dos anos e é superior ao peso que tem no país, tanto ao nível dos estabelecimentos como dos alunos inscritos.

Perto de metade dos estabelecimentos de ensino não superior em Lisboa são de natureza privada e são responsáveis por perto de um quarto do ensino ministrado na região (24,3% dos alunos na região estão matriculados no ensino privado).

A deficiente rede pública ao nível do pré-escolar encontra o seu eco no peso do privado neste nível de ensino: 60,9% dos estabelecimentos e 61% dos alunos matriculados no pré-escolar estão no ensino privado, na sua grande maioria por falta de oferta pública.

#### Número de professores na escola pública em queda acelerada



Em apenas 3 anos (entre 2010 e 2013) a escola pública ao nível da escolaridade obrigatória (pré-escolar, básico e secundário) perdeu 5.793 professores na região de Lisboa (correspondendo a uma quebra de 16%). Uma perda relativa bastante superior à do ensino privado que viu diminuir o seu número de docentes em 2% nesses mesmos anos.

**Despesa do Estado em Educação evolução 2010-2014**



## 8. MOBILIDADE E TRANSPORTES

A mobilidade e, mais especificamente, o sistema de transportes, assumem particular relevância na vida das cidades.

Uma eficiente rede pública de transportes assume uma importância fundamental numa região como a de Lisboa, onde diariamente milhões de habitantes se deslocam (muitas destas em movimentos pendulares – casa, trabalho, escola).

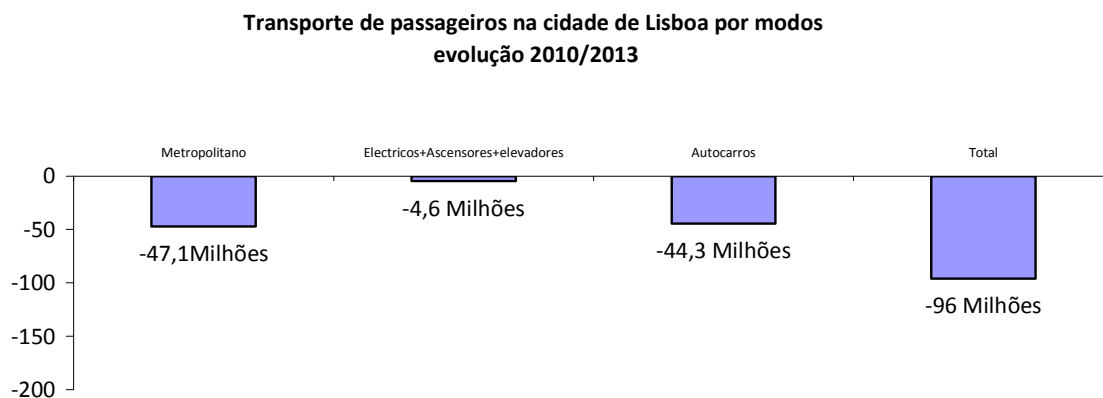
No entanto, os últimos anos ficam marcados por um enorme desinvestimento, pela diminuição horários e de carreiras, pelo aumento dos preços dos títulos e por uma pressão constante para a privatização dos transportes públicos no distrito de Lisboa.

### Passageiros transportados em transportes públicos

Ao contrário do que seria necessário, a tendência verificada foi para uma diminuição do número de passageiros a utilizar o transporte público e não para o seu aumento.

Na Cidade de Lisboa, em 2010 foram transportados em transportes públicos 406,2 milhões de passageiros, valor que desceu para 310.2 milhões em 2013, correspondendo a uma quebra de 25,3%.<sup>53</sup>

Os autocarros, apesar de perderem anualmente passageiros, mantêm-se o principal transportador de passageiros na Cidade de Lisboa, seguidos do Metropolitano.



Fonte: INE

### Aumento de preços dos transportes

Hoje, os utentes estão pior servidos de transportes públicos em termos de quantidade e qualidade e pagam mais.

O quadro em baixo sintetiza os principais aumentos nos títulos de transporte na região.

<sup>53</sup> INE

	Período					Aumento		Aumento		Aumento	
						Ago-11/Jan-11		Fev-12/Ago-11		Jan-14/Jan-11	
	Jan-11	Ago-11	Fev-12	Jan-13	Jan-14	Euros	%	Euros	%	Euros	%
Títulos de transporte											
L1	40,10	46,10	48,40	48,85	49,30	6,0	15,0%	2,3	5,0%	9,2	22,9%
L12	48,30	55,55	58,35	58,90	59,45	7,3	15,0%	2,8	5,0%	11,2	23,1%
L123	55,00	63,25	66,40	67,00	67,65	8,3	15,0%	3,2	5,0%	12,7	23,0%
L1 4_18	20,05	23,05	36,30	36,65	37,00	3,0	15,0%	13,3	57,5%	17,0	84,5%
L12 4_18	24,15	27,80	43,75	44,20	44,60	3,7	15,1%	16,0	57,4%	20,5	84,7%
L123 4_18	27,50	31,65	49,80	50,25	50,75	4,2	15,1%	18,2	57,3%	23,3	84,5%
L1 3ªIdade, Ref.Pens.	18,65	22,25	36,30	35,00	37,00	3,6	19,3%	14,1	63,1%	18,4	98,4%
L12 3ªIdade, Ref.Pens.	22,35	26,70	43,75	44,20	44,60	4,4	19,5%	17,1	63,9%	22,3	99,6%
L123 3ªIdade, Ref.Pens.	25,45	30,45	49,80	50,25	50,75	5,0	19,6%	19,4	63,5%	25,3	99,4%
Carris Urbano 30 dias */Navegante Urbano	22,85	27,50	35,00	35,00	35,65	4,7	20,4%	7,5	27,3%	12,8	56,0%
Carris - Tarifa de Bordo de Autocarro	1,50	1,75	1,75	1,80	1,80	0,3	16,7%	0,0	0,0%	0,3	20,0%
Carris - Tarifa de Bordo de Eléctrico	2,50	2,85	2,85	2,85	2,85	0,4	14,0%	0,0	0,0%	0,4	14,0%
Bilhete Eléctrico de Santa Justa (até 2 viagens)	3,00	5,00	5,00	5,00	5,00	2,0	66,7%	0,0	0,0%	2,0	66,7%
ML 30 dias Urbano*/Navegante Urbano	19,55	23,90	35,00	35,00	35,65	4,4	22,3%	11,1	46,4%	16,1	82,4%
CP Lisboa - Passe Zona 1**	22,75	28,50	29,50	29,50	29,80	5,8	25,3%	1,0	3,5%	7,1	31,0%
CP Lisboa - Bilhete Zona 2**	1,40	1,70	1,80	1,85	1,85	0,3	21,4%	0,1	5,9%	0,5	32,1%
Carris/Transtejo - Seixal - Cais de Sodré, passe dias úteis***	37,90	43,50	49,50	49,95	50,45	5,6	14,8%	6,0	13,8%	12,6	33,11

## 9. ENERGIA

A energia desempenha um papel estratégico no desenvolvimento sócio/económico dos países. É uma peça vital e insubstituível de um País e de uma região, é uma questão central e estratégica para a soberania, para a economia, para as empresas e para as famílias, para o próprio meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Portugal é um país pobre em recursos energéticos de origem fóssil, dependendo substancialmente de importações. Questões como o consumo da energia, a sua eficiência, a produção e rentabilização de energias alternativas são outra das dimensões estratégicas deste sector.

Falamos, pois, de um sector que deveria por todas as razões estar na mão do Estado, no entanto as maiores empresas de energia estão actualmente totalmente privatizadas e entregues ao capital estrangeiro.

### Entrega ao capital estrangeiro – Exemplo da EDP

Seguindo o estudo do economista Eugénio Rosa<sup>54</sup>, depois da entrega da última parcela do Estado Português a uma empresa estatal chinesa, os grupos económicos principais accionistas da EDP são os seguintes:

<sup>54</sup> Rosa, Eugénio, “a subida vertiginosa da electricidade em Portugal e os lucros obscenos da EDP”

PRINCIPAIS ACCIONISTAS	Percentagem do capital que detêm
China Three Gorges (empresa estatal chinesa)	21,35%
Capital Group companies, Inc (Americana)	14,56%
Oppidum Capital , SL (espanhola)	7,19%
IPIC ( empresa pertencente ao governo do Abu Dhabi)	4,06%
SONATRACH (empresa argelina)	2,38%
QATAR INVESTTMENT AUTHORITY (do governo do QATAR)	2,27%
BLACROCK, INC. (empresa americana )	2,0%
<b>Soma Grupos Estrangeiros</b>	<b>53,81</b>
José de Mello (grupo português)	2,00%
MILLENNIUM BCP (grupo português)	2,44%
<b>Soma Grupos Portugueses</b>	<b>4,44%</b>
<b>Restantes accionistas</b> (alguns também de capital estrangeiro)	<b>41,1%</b>

Cálculos de: Eugénio Rosa

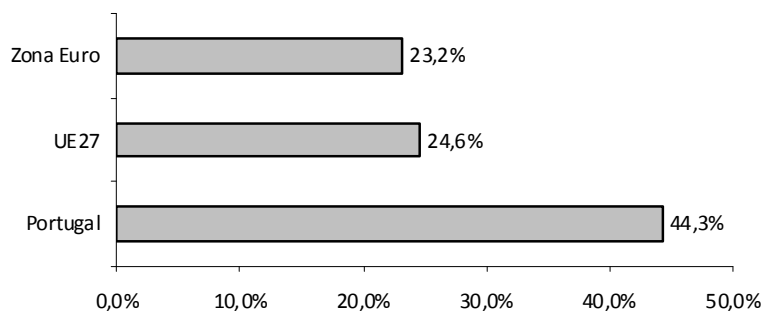
Sendo a EDP controlada por grandes grupos estrangeiros, os seus objectivos estratégicos são inevitavelmente os objectivos desses grupos e não os do desenvolvimento do nosso país.

### O lucro é incompatível com o interesse dos consumidores

O preço da electricidade para os consumidores subiu vertiginosamente e os lucros da EDP também!

Seguindo ainda o mesmo estudo, conclui-se que desde 2010 até 2014 (num contexto de perda de salários e poder de compra) o preço da electricidade para as famílias em Portugal subiu 44,3% (enquanto que na UE27 subiu 24,6% e na Zona Euro 23,2%), passando o país a ter um preço médio de electricidade superior ao da UE27 e da Zona Euro.

Varição de preços da electricidade em Portugal e na UE 2010/2014

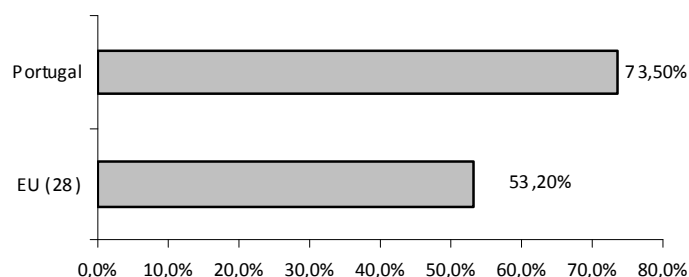


Fonte: Estudo Eugénio Rosa Economista

O mesmo estudo conclui que entre 2010 e 2015, os lucros líquidos da EDP somaram 10.276 milhões de Euro e alerta para a dupla gravidade deste facto: por um lado, porque resulta de uma aumento brutal dos preços aos consumidores e por outro porque a maior parte destes lucros gigantescos são transferidos para o estrangeiro sem pagar impostos.

### Elevada dependência energética

Índice de dependência energética



O índice de dependência energética mostra até que ponto a nossa economia depende das importações para satisfazer as suas necessidades energéticas (o indicador é calculado como importações líquidas dividido pela soma do consumo interno bruto de energia).

Portugal é o 8º país da UE28 com maior índice de dependência energética, 73,5% quando a média da UE28 é de 53,2%.